

Ilha do Mosqueiro – PA, 09 de abril de 2008.

RELATÓRIO DA PLENÁRIA DO 1º CONGRESSO NACIONAL ORDINÁRIO DA ASIBAMA NACIONAL

– 1º DIA –

O Congresso teve início no Auditório do Hotel Paraíso, na Ilha do Mosqueiro, Pará, às nove horas do dia 09 de abril de 2008, com o credenciamento dos delegados.

Às 9h30, Jonas Correa, Presidente da ASIBAMA Nacional, realizou a Abertura do Congresso dando as boas vindas aos presentes. Logo em seguida, a plenária elegeu para compor a mesa um representante de cada região do país. Rômulo Silveira (CE), também escolhido para presidir os trabalhos, Vera Elen Freitas (SP), Ângelo de Lima Francisco (SC), Otávio Lima (PA) e Maura Lázara Leão (GO) formaram a mesa inicial. Imediatamente após a plenária escolheu para comporem a comissão de relatoria os delegados Alessandra Fontana (RJ), Carlos Martins (RJ) e Lazlo Macedo (ES).

Precedendo o início dos trabalhos, a mesa optou por realizar uma dinâmica de grupo para a apresentação dos delegados de cada estado.

As 9h45 iniciou-se a **discussão e aprovação do Regimento Interno**, através da leitura integral do mesmo. Os delegados apresentaram seus destaques para discussão posterior, conforme relatado a seguir:

Art 1º.

Destaque Lindalva (DF) – propôs incluir a proposição “da” na redação: “Congresso Nacional Ordinário ASIBAMA Nacional”. Solicitou que esta modificação passe a constar dos regimentos dos próximos congressos.

Art. 2º.

Destaque Lindalva (DF) e Miriam (DF) – substituir “precedida de Assembléias dos Servidores nas Unidades que contenham servidores filiados à ASIBAMA NACIONAL” por “precedida de Assembléias nas Unidades da Federação que contenham entidades associadas à ASIBAMA NACIONAL”.

Mauro (DF)– Afirmou ter dúvidas sobre a redação e solicitou esclarecimentos sobre quem seriam os associados. Jonas (DF) prestou os esclarecimentos.

Art. 3º.

Destaque Lindalva (DF) – substituir “do IBAMA, Instituto Chico Mendes de Biodiversidade, SFB e MMA” por “afetas aos órgãos da carreira de especialista em meio ambiente” neste artigo e em todas as demais citações do documento. Solicitou também a supressão do termo “Comissão de Política de Recursos Humanos”.

Miriam (DF) – argumentou sobre a necessidade de termos uma colocação mais precisa dos objetivos do congresso, pois a redação dá a idéia de que haverá eleição da diretoria da ASIBAMA Nacional nesse congresso.

Jonas (DF) propôs nova redação para dirimir as dúvidas de Miriam (DF) – substituir “eleição para diretoria executiva da ASIBAMA NACIONAL, biênio 2008/2010” por “escolha da comissão organizadora para eleição da diretoria executiva da ASIBAMA NACIONAL, biênio 2008/2010”.

Mauro (DF) – Solicitou acrescentar como um dos objetivos do congresso a “discussão sobre organização dos servidores e plano de luta”.

Art. 4º.

Destaque Miriam (DF) – Inicialmente questionou se havia a presença de algum convidado ou observador. Após consulta à plenária, verificou-se que haviam alguns convidados. O representante do CEPNOR e todos os membros da Diretoria da ASIBAMA Nacional e do Conselho Fiscal que não foram eleitos como delegados estão presentes como convidados. Portanto, só teriam direito à voz. Assim sendo, Miriam (DF) propôs uma nova redação para a alínea II: “Observadores e membros da Diretoria e Conselho Fiscal da Asibama Nacional com direito a voz.”

Art. 5º. e 6º.

Destaque Lindalva (DF) e Miriam (DF) - substituir “do IBAMA, Instituto Chico Mendes de Biodiversidade, SFB e MMA” por “dos órgãos da carreira de especialista em meio ambiente”.

Art. 7º.

Destaque Alan (RR) – substituir o termo “entregue” por “comunicada” e suprimir a expressão “via fax”. Por fim, substituir também a data “até o dia 28 de março” por “até o dia 4 de abril”.

Art. 10º.

Destaque Carlos (RJ), Alfredo (RJ), Mauro (DF), Lindalva (DF), Miriam (DF) e Jonas (DF). Carlos (RJ) – Propôs como questão de encaminhamento que, em função da grande quantidade de destaques, este artigo referente ao temário do congresso fosse destacado novamente para discussão juntamente com a pauta.

Art. 11.

caput

Destaque Miriam – retirado.

Item 2, parágrafo 2º.

Destaque Gerson (DF) – sugeriu que a Comissão de relatoria realizasse uma sistematização da informação.

Destaque Carlos (RJ) e Mauro (DF) – suprimir da alínea II a palavra “final” em “separando-as para serem apresentadas à Plenária Final”, considerando-se que não haverá uma “plenária final”, pois cada questão será discutida e deliberada ponto a ponto.

Lindalva (DF) propôs uma nova redação do plano de lutas entregue na pasta do congresso. Prontamente, a relatoria esclareceu que houve revisão desse documento,

originado do Congresso Extraordinário, que era distinta do documento entregue aos presentes, e que ao final da plenária passaria à Comissão Organizadora o Plano de Lutas conforme fora aprovado naquele Congresso.

Art. 15.

Destaque Gisela (PE) – Solicitou alterar a composição da mesa para adequá-la a escolha da plenária, ou seja, composta por um coordenador, um secretário e um representante de cada região, eleitos por esta plenária.

Art. 17.

Destaque Mauro (DF) – Solicitou que fossem abertas novas inscrições para defesa.

Destaque Lindalva (DF) – Solicitou destaque para incluir que quem deverá decidir a abertura de novas defesas é a plenária.

Art. 19.

Destaque – Jonas (DF), Carlos (RJ) Miriam (DF), Mauro (DF), Lindalva (DF) e Alessandra (RJ) – Conforme havia sido deliberado anteriormente, este ponto foi discutido juntamente com o Art. 10, sendo apresentadas diversas propostas de inversão da pauta. Após diversas intervenções aprovou-se a seguinte redação para o Art. 10:

- I- Informes dos Estados e do DF;
- II- Informe sobre o andamento das negociações com o governo;
- III- Informes jurídicos com o advogado da ASIBAMA NACIONAL;
- IV- Prestação de contas da Diretoria Executiva da ASIBAMA NACIONAL e eleição da comissão organizadora eleitoral;
- V- Análise de Conjuntura;
- VI- Encaminhamento e discussão das propostas dos Estados e do DF e definições das estratégias de ação para cumprimento dos acordos assinados pelo governo, mobilização e plano de lutas;
- VII- Encaminhamentos;

Flávio (ES) apresentou uma questão de ordem visando adiar para após o intervalo a discussão da nova proposta de pauta, para não encurtar o tempo de discussão do Congresso ou extrapolar o horário noturno até 20 horas. Houve consenso ente os participantes que estavam escritos para intervenções.

Art. 20.

Destaque – Jonas (DF), Nilson (RN) – suprimir a expressão “quando necessário”

Todas estas alterações foram realizadas no Regimento Interno do Congresso, gerando um novo texto que será incluído como anexo a este Relatório.

11h10 – Intervalo para Café

11h30 – Retomada dos trabalhos com aprovação de nova proposta de pauta, ficando a redação do Art. 19 do regimento interno da seguinte forma:

Art. 19- A Programação será a seguinte:

Dia 09 de abril de 2008

08h00 - Início do credenciamento dos delegados
09h00 - Abertura do Congresso – Apresentação dos Delegados
10h00 – Discussão e aprovação do Regimento Interno
11h20 - Cafezinho
11h45 – Informes dos Estados e do DF
12h30 - Almoço
13h30 – Continuação dos Informes
16h00 - Cafezinho
16h15 – Informe sobre o andamento das negociações com governo e eleição da comissão organizadora eleitoral;
17h00 - Informes jurídicos com o advogado da ASIBAMA NACIONAL
20h00 - Encerramento dos trabalhos/Término do credenciamento dos delegados

Dia 10 de abril de 2008

08h00 - Início do credenciamento dos suplentes
08h00 - Prestação de Contas da Diretoria Executiva da ASIBAMA NACIONAL
08h45 - Análise de Conjuntura
09h30 - Cafezinho
09h45 – continuação Análise de Conjuntura
12h30 - Almoço
14h00 - Encaminhamento e discussão das propostas dos Estados e do DF e definições das estratégias de ação para cumprimento dos acordos assinados, mobilização e plano de lutas.
14h00 - Término do credenciamento de suplentes
16h00 - Cafezinho
16h15 – Encaminhamentos

Dia 11 de abril de 2008

08h00 – Continuação dos encaminhamentos
10h00 - Cafezinho
12h00 – Encerramento do Congresso
12h00 - Almoço

Logo em seguida tiveram início os informe dos estados:

Região Norte

PARÁ – Otávio agradeceu a presença de todos os delegados. Em seguida informou que recentemente ocorreu a reeleição da diretoria da ASIBAMA-PA, que hoje conta com representantes de diversas unidades descentralizadas. Estão trabalhando no sentido de se reorganizar. Para este congresso conseguiram eleger 10 candidatos em todo o estado. Com relação aos problemas do órgão, descreveu a total carência de recursos, de pessoal e de estrutura para trabalhar, além de uma grande dificuldade para se investir o pouco recurso que é disponibilizado. Criticou a prioridade em se reforçar ações nacionais, determinadas pelo governo federal, em detrimento de outros projetos que tenham uma ação local e/ou regional. Afirmou ter ocorrido uma diminuição do quadro no estado, pois

muitos funcionários foram removidos, comprometendo a gestão das UC's e sobrecarregando os demais servidores.

Após o informe do estado do Pará, foi concedida a palavra ao Superintendente do IBAMA no estado que estava presente neste momento.

RONDÔNIA – Alan esclareceu que ainda não conseguiram montar uma chapa para ASIBAMA-RO, embora tenham sido divulgados três editais de convocação para eleição da diretoria. Disse que seria muito difícil para ele conciliar o papel de fiscal com o de presidente da associação. Relatou que são muitas as dificuldades para mobilizar os servidores que entraram no órgão através da última chamada do concurso de 2005. Avalia que o principal motivo é o “trauma” com as medidas repressoras provenientes da última greve, que causam, até hoje, temores nesses servidores em participar de qualquer movimento reivindicatório. Apresentou-se favorável a que seja feita uma moção de repúdio à administração do IBAMA e do Instituto Chico Mendes por como vêm conduzindo a gestão das UCs.

ACRE – Messias relatou que a ASIBAMA-AC está com grandes dificuldades financeiras, pois 75% dos servidores são associados há cerca de 2 anos. O cenário no estado é de desarticulação dos movimentos sociais pelos governos estadual e federal. Existe um embate cotidiano entre o Superintendente do IBAMA, ex-assessor da Ministra Marina Silva, e os servidores do órgão, gerando conflitos e desgaste da associação. Atualmente, há uma representação da Superintendência na Justiça Federal contra o presidente da ASIBAMA-AC. Por tudo isso, os servidores estão temerosos em participar das assembleias, já tendo ocorrido ameaças do Superintendente em cortar o ponto de quem participasse. A Única linha de ação aceita pelo superintendente é a da fiscalização que gere visibilidade nos meios de comunicação.

AMAPÁ – Raiol declarou que o estado vive uma situação de total descaso, refletida no IBAMA pela falta de planejamento, comando e objetivo gerando descontentamento e baixa produtividade por parte dos servidores. Afirmou que o superintendente não tem o menor compromisso com a instituição. Não funcionam as comissões internas de disciplina e de ética. Criticou a pirotecnia televisiva da Operação Arco de Fogo, onde não existe sustentação para um manejo florestal adequado. A associação em Rondônia estava desativada por mais de 1 década. Há dois anos a ASIBAMA-AP foi reestruturada e atualmente houve nova eleição da diretoria, com inclusão de servidores do Instituto Chico Mendes. A participação é incipiente, embora haja 120 associados dos 163 servidores do estado. O principal problema da associação hoje é conseguir um espaço adequado para o seu funcionamento.

RORAIMA – Janice relatou que no começo existia uma resistência dos servidores em participar do Congresso da ASIBAMA Nacional. Na parte institucional, o prédio está precário, com problema na laje, motivo pelo qual estão alugando um prédio para sanar o problema. Relatou que comumente questões pessoais estão sendo consideradas na avaliação de desempenho por alguns chefes. A ASIBAMA-RR está desativada a 5 anos. O antigo presidente já foi notificado extrajudicialmente para apresentar um balanço contábil e patrimonial da entidade, orem não obtiveram resposta. Realizarão nova cobrança no retorno da servidora ao estado. Buscam, principalmente, motivar os servidores para a retomada da ASIBAMA-RR. Agradeceu ao Jonas (DF) e a Lindalva (DF) a oportunidade de estar presente no congresso.

TOCANTINS – Joel informou que a sede própria da Superintendência está abandonada e quase em ruínas. Estão buscando recursos para reforma do prédio e a ASIBAMA-TO vai cobrar do atual presidente do IBAMA essa promessa, feita anteriormente pelo ex-presidente Marcus Barros. Declarou que atualmente existe unidade entre os funcionários novos e os antigos. Estão satisfeitos com o atual Superintendente, que sabe trabalhar a cauda do servidor e do meio ambiente. Já solicitaram por escrito à Ministra Marina Silva a efetivação dele, através de um abaixo assinado com 63 assinaturas. Solicitou apoio da ASIBAMA Nacional neste sentido. Reclamou da dificuldade em associar os novos concursados em função da impossibilidade do cadastramento da consignação. Fizeram um convênio de débito automático com o BB.

12h30 – Almoço

13h45 – Continuação dos Informes dos Estados e DF:

Região Nordeste

BAHIA – Washington, inicialmente, deu os parabéns à Comissão Organizadora pela escolha do local do Congresso. Em seguida, informou sobre as condições de precariedade do prédio da Superintendência no estado. Relatou que a ASIBAMA-BA teve uma eleição de diretoria que cumpriu todos os requisitos, porém depois de eleita, esta diretoria não atendeu às expectativas dos servidores, principalmente durante a greve. Assim sendo, o próprio Washington tomou a frente da associação, por meio de uma intervenção, motivado pela falta de atuação da diretoria. Disse que antigamente contavam com o apoio do sindicato.

PERNAMBUCO – Ailza informou que a Associação se chama AEMA – Associação dos Especialistas em Meio Ambiente. Assumiram a associação em janeiro deste ano. Acredita ser importante conferir unidade entre os servidores dos 2 institutos (IBAMA e Chico Mendes). Relatou que 30% dos associados são do CEPENE, atualmente sob a gestão do Instituto Chico Mendes. Propôs como principal tarefa para este período o resgate da auto-estima dos servidores da carreira, que estão muito desestimulados, principalmente aqueles lotados na DITEC, no NEA e no NULIC. Quer que passemos a pensar o órgão como um todo e resgatar assim o papel do servidor.

PARAÍBA – Paulo Marinari disse que o maior problema no estado é a falta de recursos. Os servidores se sentem enfraquecido pelo corte de ponto na greve do ano passado. Declarou que a atual direção da ASIBAMA-PB não demonstra nenhum compromisso e por isso, ele, que era o Vice-presidente, pediu para sair. A atual direção não tem credibilidade e se fosse por eles a Paraíba não levaria seus representantes para este congresso. Contou com o apoio do SINTSERF-PB. Entregou documento à Comissão de Relatoria com as propostas do estado, intitulado “Pauta dos Servidores do IBAMA Paraíba”, que constará em anexo ao presente Relatório.

RIO GRANDE DO NORTE – Nilson disse que durante a greve, os servidores elaboraram um documento específico sobre as consequências da divisão do IBAMA. Depois da greve houve um racha entre “fura-greve” e grevista. Disse que o superintendente é servidor “da casa”, entretanto faz o jogo do governo. Criticou não haver mais a discussão sobre o fechamento dos escritórios regionais como estava acontecendo durante a greve e ressaltou a importância de retomarmos imediatamente essa discussão. Informou que ocorreram mudanças na diretoria da ASIBAMA-RN, tendo assumido uma diretoria mais engajada na luta pelos direitos dos servidores. Agradeceu ao sindicato que arcou com as

despesas de uma das passagens e adiantou o valor da outra. Denunciou que já estão acontecendo parcerias do Instituto Chico Mendes com ONG's, a exemplo da ESEC do Seridó (UFRN e Prefeitura de Serra Negra do Norte). Em seguida Antônio (Mossoró) destacou a falta de unidade entre os servidores. Relatou uma situação caótica no estado, com falta de equipamentos, de diárias e de veículos, além dos problemas com os critérios utilizados nas avaliações da periculosidade a que estão sujeitos os servidores.

CEARÁ – Fátima esclareceu que no Ceará realizaram uma assembléia para elegerem delegados, porém não tiraram propostas de pontos de pauta para trazer, apenas firmaram o compromisso de levar do congresso informações e proposta em seus retornos ao estado. Relatou a falta de estrutura dos órgãos para cumprir suas demandas nas áreas financeiras e de planejamento. Mostrou-se preocupada com o fato de que a aposentadoria irá gerar uma grande evasão de servidores do IBAMA, sendo necessário realizar novos concursos para substituí-los. Acredita que o principal seria elaborarmos uma estratégia de mobilização dos servidores em defesa do IBAMA. Rômulo disse que a ASIBAMA-CE tem realizado diversos debates políticos e ambientais. Afirmou não entender esta desmotivação dos servidores nos outros estados, pois entende que o momento, pelo contrário, é de luta, mais do que nunca.

ALAGOAS – Rivaldo disse ser analista da última chamada do concurso de 2005 e presidente da ASIBAMA-AL há apenas 5 meses, A associação se filiou há poucas semanas a ASIBAMA Nacional em votação unânime. Relatou um desânimo total dos servidores no pós-greve que dura até hoje. Acredita ser Discussões sobre insalubridade e periculosidade. Cobrar seriedade das ações sob administração da SUPES, principalmente de fiscalização. Disse que o atual superintendente é “da casa”, mas que melhor seria o anterior que não era, pois este pratica abertamente o assédio moral e se caracteriza pela ineficiência e falta de gestão. O principal culpado é o IBAMA SEDE que deixa as SUPES andarem por conta própria.

SERGIPE – Milton afirmou o maior problema no estado é a falta de recursos. A ASIBAMA representa bem os servidores e o Superintendente atual é competente.

Centros Especializados

RAN – Mário Douglas denunciou que os Centros Especializados estão tendo suas atividades desviadas para executar todas as “atividades meio” para as UCs do Instituto Chico Mendes. Tornaram-se Unidades Gestoras, ou seja, uma gerência administrativa. A direção do órgão justifica-se, alegando que esta função seria provisória, mas os servidores temem que passe a ser definitiva. Teoricamente dizem que ‘transitório, porém não apresentam um prazo.

Além disso, reclamou que as recentes modificações na legislação sobre fauna, muito questionáveis, não estão sendo permeadas pelo diálogo entre a diretoria responsável e os centros especializados.

Região Centro-Oeste

GOIÁS – Vanja informou que a mobilização dos servidores continua muito difícil após a greve, havendo dificuldade até mesmo para eleger os delegados ao congresso. A eleição para a ASIBAMA-GO será no final de abril. O estado passa por uma situação bastante delicada, esse momento em virtude das denúncias de desvios de verba que envolve uma servidora de Goiás. Relatou situações críticas, como a carência de recursos, veículos, infra-estrutura, equipamentos e capacitação dos servidores para ações de fiscalização.

Há um total descaso do superintendente com os servidores, que não oferece condições, mas cobra resultado.

DISTRITO FEDERAL – Lindalva relatou sua percepção do desânimo dos servidores da Carreira, principalmente aqueles que ingressaram nos concursos de 2002 e de 2005, devido ao não reajustamento dos salários e às condições de trabalho. Quanto ao Instituto Chico Mendes, relatou que a grande maioria dos servidores da sede do Instituto não quer se mudar para um prédio situado no Setor Sudoeste de Brasília, a ser alugado por R\$ 510.000,00 mensais. Relatou a situação controversa existente nas atividades de fiscalização, gerada pelo entendimento equivocado da diretoria do Instituto Chico Mendes, que excluiu da Portaria de fiscalização os servidores redistribuídos do IBAMA, dos cargos administrativos da Carreira, capacitados para essa atividade. Essa atitude da diretoria do Instituto Chico Mendes mostrou total falta de conhecimento do processo de transformação dos cargos de que trata o Decreto nº 4293, de 02/07/02, que regulamentou a Lei nº 10410/02. Com a publicação dessa portaria, as Unidades de Conservação são prejudicadas. No caso do Parque Nacional de Brasília, 15 servidores de cargos administrativos não mais encontram respaldo legal para executar as atividades de fiscalização ou proteção da unidade. Quem perde com isso é a própria UC; e a portaria coloca mais uma vez em xeque, as argumentações da ministra Marina e do secretário Capobianco, quando da tramitação da MP 366/07, de que as UCs seriam fortalecidas com a criação do novo instituto. Quanto à Ação popular nº 2008.34.00.003159-8, movida no final de janeiro, por duas servidoras do IBAMA em Rondônia, contra o IBAMA e mais de 800 servidores do Órgão, alguns dos quais redistribuídos para o Instituto Chico Mendes, esclareceu que a ASIBAMA-DF colocará sua assessoria jurídica para defender esses servidores. Disse que a Juíza da 6ª Vara de Brasília delimitou que a ação correrá com apenas os vinte primeiros nomes, residentes e domiciliados no DF, e que o escritório de advocacia do Dr. Torreão está acompanhando o desenvolver do processo. Quanto ao posicionamento dos servidores no desempenho de suas funções, esclareceu que a Asibama Nacional em conjunto com a ASIBAMA-DF iniciou uma série de reuniões com os servidores das diretorias do IBAMA, que atingirá, também, os servidores do Instituto Chico Mendes. O objetivo é discutir com os servidores as ações que poderão ser desenvolvidas, no âmbito de cada diretoria, visando pressionar o governo a conceder a reposição das perdas salariais de 2002 a 2008. A posição dos servidores da DILIC, após a apresentação de um quadro com o nº de servidores em cada coordenação, o nº de servidores que almejam sair do órgão para ganhar no mínimo R\$ 5.000,00 iniciais, nos concursos públicos em curso, bem como o nº de empreendimento/servidor, é de deflagrar operação padrão, incluindo a exigência de apenas viajar se o valor relativo às diárias, estiver depositado na conta-corrente, com antecedência de 24 horas, conforme previsto na legislação. Informou que Jonas iniciou um trabalho de mobilização junto às diretorias de licenciamento e qualidade ambiental do IBAMA, que devem ser ampliadas para as demais. Porém, ressaltou sua preocupação com a falta de engajamento dos servidores do Instituto Chico Mendes, inclusive com a proposta de criação de uma nova associação com aval de diretores. Em seguida, esclareceu que a Beth trouxe um pacote com as informações sobre o reenquadramento dos aposentados e pensionistas. Os 3,17% de 3000 aposentados e 600 pessoas desconhecidas, com grupos para execução dentro da justiça, com mais informações. Em reunião do Planejamento estratégico, com representantes das diretorias (exceto DILIC), superintendentes e dos servidores, estando presente o presidente do IBAMA apenas como participante, ficou visível a falta de preparo da equipe da DIPLAN. Diretor da DIPRO solicitou fortalecimento da fiscalização para o desmatamento. Ficou patente a necessidade de se fortalecer todas as áreas de atuação do IBAMA, não apenas a fiscalização, tratando os recursos de fauna, flora e pesca por recursos ambientais, de forma ampla

Região Sudeste

RIO DE JANEIRO – Alessandra relatou a ameaça de fechamento da ASIBAMA-RJ com a renúncia da diretoria anterior e a falta de candidaturas para uma nova gestão. Após o anúncio da possível extinção da entidade, os servidores mais engajados reagiram, formando um grupo para apoiar as ações da associação. Montou-se uma chapa com servidores de diversas divisões para representar a casa. As eleições serão dia 15/04 e a cerimônia de posse esta prevista para o dia 25/04. A assembléia que elegeu os delegados para o Congresso contou com a presença de 50 servidores que discutiram as propostas para serem trazidas. Em seguida, informou a ASIBAMA-RJ, durante a última greve, encaminhou um documento para o MPF-RJ denunciando a divisão do órgão. Na última semana, o MPF-RJ solicitou novos esclarecimentos sobre todos os problemas decorrentes desta divisão e que já haviam sido relatados, como o contrato dos terceirizados, aluguel de sede do Instituto Chico Mendes, etc. Relatou que as Condições no prédio da SUPES-RJ são bastante precárias. Atualmente só existe um elevador que invariavelmente para de funcionar, obrigando os servidores a subirem até 10 andares de escada. Para colocar em funcionamento os outros elevadores, necessita-se de novas máquinas que têm sua compra emperrada, ora por falta de recursos, ora por atraso nas licitações. Outro problema crônico é a falta generalizada de espaço físico. Existem, inclusive, funcionários sem mesas. Para resolver este problema já existe uma reforma aprovada que necessita dos elevadores e de uma vistoria dos bombeiros para concessão do habite-se pela prefeitura. Na última vez em que ficaram sem elevadores, os técnicos da CGPEG/DILIC decidiram não subir para trabalhar, o que poderá comprometer a execução dos trabalhos de licenciamento. Disse que um grupo de servidores entrou com ação judicial para reaver o INSS descontado sobre o abono de férias e solicitou providências por parte da ASIBAMA Nacional para que este tipo de ação abranja todos os servidores.

Lea (RJ) declarou que a Operação eutérpe acarretou na diminuição de quadros de pessoal na fiscalização do Rio de Janeiro e até o momento não foram enviados novos servidores. Isto se agrava com o envio dos poucos fiscais para a operação Arco de Fogo na Amazônia. Ressaltou ser esta operação relativamente ineficaz por não atuar cotidianamente na fiscalização da região, coibindo o desmatamento. O que se propõe é apenas multar e depois se retirar da região. Ou seja, uma operação para a mídia ver.

Alfredo (RJ) com relação as UC's denunciou que foi aprovado um corte na FLONA Mário Xavier com uma compensação proposta pelo Capobianco, não sendo consideradas as alternativas locacionais existentes; Também questionou o fato do IBAMA nunca fazer uso de seu poder supletivo, como ocorreu no caso do Complexo Petroquímico da PETROBRAS (COMPERJ), onde a licença foi emitida pela FEEMA sem anuência do IBAMA. Diversas UC's que representam as últimas reservas de mangues na Baía de Guanabara estão sofrendo um enorme impacto ambiental.

Alessandra (RJ) ainda lembrou da proposta de descentralização do licenciamento que está sendo gestada pelo diretor da DILIC. A idéia é que o licenciamento seja executado pelas SUPES. Há inclusive uma proposta de se iniciar pela Bahia, com geração grande de prejuízo, pois perde-se o controle das variáveis inerentes e carece de planejamento.

ESPÍRITO SANTO – Lazlo informou que as eleições para a ASIBAMA-ES serão em setembro. Em seguida relatou as dificuldades encontradas na aplicação dos recursos que estão sendo descentralizados. No estado há pouca participação dos servidores do Instituto Chico Mendes, que estão gerando demandas próprias e buscando soluções sem integração.

Flavio (ES) ressaltou a grande duplicidade de tarefas nos dois institutos que sobrecarregam os servidores e dificultando o cumprimento de outras. Preveiu que as ONG's e OSCIP's estão de olho e temos que estar atentos.

MINAS GERAIS – Rosângela informou que na assembléia antes do congresso só houve a eleição dos delegados e que não fecharam uma pauta para apresentar aqui. A atual direção da ASIBAMA-MG termina seu mandato agora e já têm uma nova chapa. Denunciou que as ações vêm sendo executadas sem que se tome ciência da divisão em dois institutos. Existe uma enorme indefinição da SUPES em relação à gestão de recursos.

SÃO PAULO – Vera Ellen tem a leitura de que os servidores dos centros especializados que criticavam receber pouco apoio do IBAMA, acreditavam que após a divisão poderiam se dedicar as suas pesquisas livremente. Porém, somente agora perceberam que o papel deles no Instituto Chico Mendes está sendo relegado à execução de atividades meio. Pediu ações da ASIBAMA Nacional junto a DIPLAN para atuar nos casos da pendência dos servidores em relação ao art. 3º da lei. Acredita que o Adicional de qualificação deve ser discutido e articulado com os relatores do PECMA.

Região Sul

SANTA CATARINA – Ângelo informou que representa o colegiado das UCs, Fauna e Educação Ambiental. Relatou pouca presença de servidores na assembléia de eleição dos delegados para o congresso e uma grande desmotivação. Acredita que a estruturação do Instituto Chico Mendes está estimulando anomalias dentro deste. Cada unidade de conservação é tratada como um feudo, com cada chefia executando suas ações separadamente. Um sério problema é que as UCs não possuem representantes estaduais ou regionais, inviabilizando a existência de um sistema nacional (SISNAMA). Denunciou que chefes de UCs de “menor importância” não possuem cargo comissionado e que deveriam ao menos receber Função Gratificada. Essas Funções deveriam vir da extinção de ESREGs do IBAMA. O que não aconteceu. Algumas nomeações estão recebendo DAS e na pratica algumas unidades importantes estão ficando sem, impedindo a nomeação de chefes para as mesmas. Por fim, entregou a relatoria uma proposta para a estruturação do instituto Chico Mendes

16h10– Intervalo para café

16h30 – Informes sobre o andamento das negociações com governo para o cumprimento dos acordos assinados

Jonas (DF) e Lindalva (DF): No dia 27, foi restabelecido o processo de negociação com o Governo, referente à pauta de reivindicações dos servidores lotados no IBAMA, Instituto Chico Mendes e MMA. O representante da Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Idel Profeta, propôs que a discussão se desse sob duas vertentes: 1) debate da Carreira e 2) debate das Tabelas Salariais e rol de reivindicações, o que foi aceito pelas Entidades representativas dos servidores. Dessa forma, ficou estabelecido que seria criado um Grupo de Trabalho, no âmbito da SRH/MPOG, com a participação dos demais Órgãos da Carreira e da representação dos servidores, para exame e manifestação, até novembro de 2008, do Relatório elaborado pela Comissão designada pela Portaria Interministerial nº 27/05, visando apresentar proposta de implementação da reestruturação da Carreira. Para o item 2, ficou acertado que até 07 de maio de 2008 estará concluído o processo de discussão da reposição das perdas das

Tabelas Salariais da Carreira e do PECMA e que os índices serão escalonados no período de 2008 a 2010. Diante desses calendários e da falta de uma proposta do governo, as Entidades representativas dos servidores (CONDSEF, ASIBAMA NACIONAL, ASIBAMA-DF e SINDSEP-DF) apresentaram no dia 28 de março de 2008 uma proposta de correção das tabelas, que assegurava a recomposição das perdas salariais referentes ao período de janeiro de 2002 a fevereiro de 2008. O governo convocou as Entidades para a segunda rodada de negociação no dia 11 de abril. Com isso, os presidentes da Asibama Nacional e ASIBAMA-DF, Jonas e Lindalva, respectivamente, além da delegada sindical Mirian Parente deverão sair do Congresso antes do término previsto, para participarem da reunião.

17h00 - Informes jurídicos com o advogado da ASIBAMA NACIONAL

Esclarecimentos sobre a ação de reenquadramento dos aposentados:

Lindalva esclareceu que em setembro de 2002, foi proposta em Brasília a ação nº 2002.34.00.029359-3, com o objetivo de garantir aos servidores aposentados e pensionistas associados à ASIBAMA-DF, domiciliados em todo o Brasil, o enquadramento na Carreira de Especialista em Meio Ambiente (Lei nº 10.410/02), em nível equivalente ao que ocupavam na estrutura antiga (Tabelas do PCC). O juiz da 22ª Vara Federal determinou a exclusão dos associados da ASIBAMA-DF residentes em outras Unidades da Federação, que não o Distrito Federal, da ação de enquadramento proposta. Contra essa decisão foi interposto recurso de Agravo de Instrumento, que foi rejeitado. Então, a ASIBAMA-DF interpôs o Recurso Especial e ajuizou ações nas demais Unidades da Federação, para resguardar o direito dos aposentados e pensionistas associados. Em 20 de novembro de 2007, o Recurso Especial foi analisado e foi reconhecida a competência da Seção Judiciária do Distrito Federal para julgar a ação original. Essa decisão tornou-se irrecorrível no dia 29 de fevereiro de 2008. Assim, os associados da ASIBAMA-DF residentes em todas as partes do país voltaram a integrar a ação inicial, ajuizada na Capital Federal, sendo-lhes garantido o posicionamento na Carreira de Especialista em Meio Ambiente em nível equivalente ao que ocupavam nas Tabelas do PCC (correlação). Disse que, quem não assinou o termo de opção do PECMA já tem seus processos na CGREH/IBAMA para enquadramento na Carreira. Quem assinou o termo de opção ou reverteu a aposentadoria em 2005 terá direito aos atrasados. Para aqueles associados que optaram pelo PECMA em 2006 será impetrada ação que possibilite o pagamento dos atrasados e outra solicitando a anulação do termo de opção do PECMA para ter direito ao enquadramento na carreira. Esclareceu também que todas as informações se encontram na página da ASIBAMA-DF, no seguinte endereço: <http://www.asibama.org.br/asibama/index.php?content,0,0,297,0,0.html>

Esclarecimentos sobre a execução dação referente ao reajuste de 3,17% retroativo a janeiro de 1995:

Lindalva esclareceu que existem mais de 3000 beneficiários desse processo. Para se chegar a esse quantitativo de beneficiários, o escritório de advocacia retirou da lista todos aqueles que solicitaram, via requerimento, para serem excluídos do processo, bem como aqueles servidores que já receberam os benefícios dessa ação, seja por meio de ação coletiva ou, de ação individual. Considerando que alguns associados encontram-se em ações coletivas de sindicatos ou outras entidades, é prudente que cada beneficiário verifique se está inserido em ações semelhantes, e a partir do conhecimento relativo ao montante a ser recebido, decida em qual ação permanecerá. No caso da ação da ASIBAMA-DF, os cálculos foram feitos pela empresa Hexagon para todos os beneficiários, tendo-se o cuidado de descontar as parcelas já recebidas a título

administrativo. Deverão, também, estar fora da ação os servidores que mantêm a parcela de 3,17% incorporada. Em breve a relação dos beneficiários estará na página da ASIBAMA-DF.

Janice (RO) disse que seu estado ainda não possui ASIBAMA e propôs que seja articulado com os todos os sindicatos o encaminhamento de ações judiciais que estes possam entrar pelos servidores do IBAMA. Milton (SE) fez a proposta de que cada associação faça um levantamento de ações propostas por seus associados para evitar duplicidades. Lindalva esclareceu que todas as ações estão à disposição dos servidores, inclusive na página da internet e que cabe ao servidor informar aos sindicatos. Dr. Diego Vega, advogado da ASIBAMA Nacional, informou que os associados que perdem ações nos estados, poderão ser incluídos numa ação da ASIBAMA Nacional que ainda não tiver sido julgada. Mas é preciso informar a ASIBAMA Nacional sobre causas perdidas para não prejudicar os demais. O cadastro tem que ser atualizado sempre. Rosângela (MG) fez a colocação de que é preciso ter certeza quando a ASIBAMA Nacional vai entrar com alguma ação, para que não haja duplicidade com as ações demandadas ao sindicato. Dr. Diego sugeriu que os servidores aproveitem o congresso para discutir a forma de evitar essa duplicidade, a partir das experiências relatadas. Lindalva (DF) esclareceu que a ação dos aposentados teve um levantamento minucioso junto às associações, a partir da listagem de associados da ASIBAMA-DF. Questionou o procedimento ao Dr. Diego. Dr. Diego informou que o Poder Judiciário não tem o controle total da litispendência em muitos casos. Pode haver uma ação que foi proposta por um advogado e executada por outro. Ambos têm direito aos honorários. Procedimento tem que ser discutido. Pode haver opção de entrar com ação pela ASIBAMA local, pelo Sindicato ou pela ASIBAMA Nacional. Isso tem que ser resolvido pelos servidores qual será a regra a seguir. Jonas (DF) disse que segundo o Dr. Torreão, advogado da ASIBAMA-DF, quando existem ações propostas por entidades com diferentes CNPJ's não é possível ocorrer litispendência. Solicitou esclarecimentos. Dr. Diego esclareceu que a litispendência ocorre quando da coincidência entre partes, da causa do pedido ou do pedido. Se houver diferentes entidades, mas pedido e causa do pedido iguais, poderá ocorrer litispendência sim.

Rosângela (MG) perguntou quando a ASIBAMA Nacional irá impetrar a ação para cobrar a taxa do INSS sobre o abono de férias. Dr. Diego esclareceu que estão prontos para impetrar a ação, mas primeiro é necessário levantar quais os pedidos serão feitos (desconto em cima apenas do adicional de férias, do 13º, etc) e depois gerar as listas dos servidores e resolver qual entidade vai entrar com a ação.

Alan (RR) propôs que, primeiramente, a ASIBAMA Nacional faça um levantamento das possíveis ações que podem ser impetradas. Fátima (CE) disse que em casos onde a demanda é inferior a 60 salários mínimos, alguns servidores estão entrando na justiça comum, perguntou se isto pode prejudicar os demais. Dr. Diego afirmou que esse assunto é do âmbito da ação coletiva. Se o associado tiver entrado com ação individual e estiver também na ação coletiva, ele é acionado na ação individual para optar em qual ação ele vai ficar.

Lindalva (DF) questionou se junto de cada ação impetrada segue uma lista atualizada dos associados. Dr. Diego respondeu que sim e que vale sempre a ação que entrou primeiro, caso não haja litispendência. Nós quem iremos definir a estratégia de ação.

Em seguida, Dr. Diego Vega fez sua apresentação sobre as ações impetradas pela ASIBAMA Nacional:

1. Inicialmente, informou que a ASIBAMA Nacional havia solicitado uma liminar para impedir o andamento da MP 366/07, mas o Juiz não se manifestou dentro do prazo e esta MP, como todos sabemos foi convertida em lei. Ainda existe a ADIN nº 4029-DF impetrada no dia 19 de março de 2008. É pedido o congelamento total de qualquer ato que tenha como base a lei, originada pela MP 366/07, que cria o Instituto Chico Mendes. A Advocacia Geral da União já se manifestou e, no momento a ADIN está sob análise do Ministério Público Federal. Sugeriu que os servidores façam uma “força tarefa” divulgando a importância dessa questão junto ao STF e ao MPF.

2. Esclareceu que a ação impetrada para impedir o corte de ponto dos grevistas ainda está “viva”, porém em processo de finalização.

3. Em novembro de 2007 entram com uma ação solicitando que fosse revisto o enquadramento equivocado efetuado pela Lei nº 10.410.

4. A Ação dos interstícios foi impetrada em 8 de fevereiro de 2008.

5. Foi efetuada uma denúncia contra o aluguel do imóvel para funcionamento do Instituto Chico Mendes, porém o TCU avalizou o procedimento porque tinham sido atendidos os requisitos mínimos de tomada de preços.

6. Existe a proposta de uma ADIN contra o Serviço Florestal Brasileiro. Pelo descumprimento dos arts. 5, paragr. 3º. Inciso I e 49, inciso XVII, da CF. Lembrou que a concessão da FLONA de Jamari está embargada pelo descumprimento deste art. 49. Os Advogados da ASIBAMA Nacional entraram com pedido de prestar assistência ao MPF na ação impetrada naquele. O que não impede de entrar com outra ADIN.

7. Com relação à equiparação do auxílio alimentação e do plano de saúde, a jurisprudência alega que não poderia aplicar lei do Poder Legislativo para o Poder Executivo. Conclui que se não está na Lei Federal 8.112, não vale para todos os servidores, podendo cada Poder ter suas regulamentações específicas.

8. Sugeriu uma ação simples que pode ser interposta para que nenhum servidor deva viajar antes de receber, com no mínimo 24 horas de antecedência, as diárias referentes a essa viagem.

Gerson (DF) questionou se existe relação entre a reestruturação do plano de carreira e a falta de reposição salarial. Dr. Diego respondeu que não há. Esclareceu que a reestruturação não pode diminuir o salário do servidor, mas no entendimento Judiciário, as gratificações e os adicionais podem ser eliminados.

A plenária fez diversos questionamentos sobre Redistribuição. Em seguida Dr. Diego esclareceu que se o servidor é redistribuído para o Instituto Chico Mendes ou outro qualquer, não pode perder vencimento, nem gratificação. Porém, não há opção de se negar à redistribuição, pois esta está prevista pela Lei 8.112. Como último recurso é possível entrar com ação judicial alegando os mesmos argumentos da ADIN, que podem ser fornecidos pelos advogados da ASIBAMA Nacional.

Seguiram-se esclarecimentos sobre aposentadoria. Dr. Diego informou que como as dúvidas são muitas, as características gerais serão colocadas no site, com as

informações básicas em uma tabela. Outras informações mais precisas podem ser encaminhadas por e-mail e analisadas individualmente.

Sobre a reposição dos dias parados, Dr. Diego informou que o acordo assinado serve para o IBAMA e seus servidores. Não interessa que se tenha colocado código de greve na folha de ponto, pois houve negociação pós-greve, com acordo da reposição para que não sejam computados esses dias a menos para fins de aposentadoria, sob pena de ser impetrada uma ação para fazer valer o acordo. Maura Lázara (GO) apresentou dúvidas pois a SUPES-GO não quer reconhecer a opção realizada pelos servidores na internet. Lea (RJ) disse que quando sai com diária não considera o tempo para computar na compensação da reposição dos dias parados. Dr. Diego respondeu que se houver controle do servidor, é fácil fazer valer.

Outras ações possíveis seriam:

- Contra as vagas do IBAMA que estão sendo destinadas em concurso ao MMA.
- Compensação Ambiental (Lei do SNUC) que é questionada por empresas que provocam impactos no meio ambiente. Neste caso pode haver uma intervenção dos advogados da ASIBAMA como assistentes do MPF.
- Insalubridade e Periculosidade, que depende de perícia, como informado no congresso passado. Seria preciso fazer requerimento administrativo, que se negado, é preciso juntar documentos comprobatórios e levar ao advogado. O Juiz vai solicitar perícia. Reconhecida a periculosidade ou insalubridade é possível pedir retroativo aos 5 anos anteriores se o servidor estava na mesma atividade desde então.

Rômulo (CE)– Pediu informações sobre a questão da paridade dos aposentados para receber os atrasados. Disse que no Ceará já há uma pilha de documentos para serem encaminhados. Jonas (DF) esclareceu que o aposentado que está na ação ganha pela ASIBAMA-DF não tem problema em assinar a procuração abrindo mão. Quem não está na ação não pode assinar esse termo, senão volta ao plano de carreira anterior. Lindalva (DF) complementou os esclarecimentos dizendo que a ação movida pela ASIBAMA-DF, que começou em 2002, somente representa os servidores associados do DF. Quem não assinou o termo de opção, já tem seus processos no RH para enquadramento na carreira. Quem teve a reversão da aposentadoria em 2005, vai ter direito aos atrasados. Aqueles que optaram pelo PECMA em 2006, devem assinar as procurações que possibilitem a execução dos atrasados e outra pedindo a anulação do termo de opção do PECMA para ter direito ao enquadramento na carreira. Quando a ação é ganha, o advogado e a ASIBAMA recebe 6% do valor de cada associado.

Jonas (DF) propôs uma ação, pois indiretamente a Natura está pagando a PUBLIX, responsável pela reestruturação do Instituto Chico Mendes. Dr. Diego afirmou que não pode haver ingerência do particular no interesse público. Em uma análise preliminar acha ser pertinente uma ação, embora seja necessário um maior aprofundamento nesta questão.

Jonas (DF) denunciou que os servidores são obrigados a ir para UCs que não têm a menor condição de recebê-los. Dr. Diego argumentou que juridicamente pode requerer que o Estado dê condições, embasando-se na própria Lei 8.112.

Flavio (ES) efetuou uma proposta de encaminhamento na qual deveríamos proceder imediatamente com a Eleição da Comissão Eleitoral, respeitando o cronograma. Mesa propôs deixar para amanhã pela manhã antes da prestação de contas.

Porém, não foi à votação em função da apresentação de outra questão de encaminhamento proposta por Mauro (DF) alegando não ter sido garantida a inclusão do objetivo: “organização dos servidores no plano de lutas” na pauta. Após ampla e acalorada discussão pela plenária, com diversas intervenções, Lindalva (DF) propôs manter a pauta como foi aprovada pela Plenária, em que a organização é parte do plano de lutas. Seguiu-se a votação com a proposta 1, defendida por Lindalva (DF) sendo vitoriosa por maioria dos votos, com algumas abstenções. Jonas (DF), que se absteve, solicitou declaração de voto para justificar o fato de se abster por não ter sido eleito como delegado.

Retornou-se ao encaminhamento proposto por Flávio (ES) que pretendia eleger a comissão eleitoral ainda hoje como proposto e aprovado na pauta do congresso. Entretanto por ampla maioria e com algumas abstenções a proposta defendida por Rômulo (CE) de deixar esta votação para o dia seguinte foi vitoriosa.

Alessandra Fontana

Carlos Martins

Lazlo Macedo

Ilha do Mosqueiro – PA, 10 de abril de 2008.

**RELATÓRIO DA PLENÁRIA DO 1º CONGRESSO NACIONAL ORDINÁRIO DA
ASIBAMA NACIONAL
– 2º DIA –**

A Plenária teve início no Auditório do Hotel Paraíso, na Ilha do Mosqueiro, Pará, às oito horas e quarenta e cinco minutos do dia 10 de abril de 2008, com a composição da mesa, da seguinte forma: Flávio (ES), escolhido para presidir os trabalhos, Beth Uema (DF), Missias (AC) e Paulo Marinari (PB). Por não haver nenhum representante da região sul presente na Plenária naquele momento definiu-se que este comporia a mesa caso viesse a comparecer. A Comissão de Relatoria foi a mesma da Plenária de ontem: Alessandra Fontana (RJ), Carlos Martins (RJ) e Lazlo Macedo (ES).

Logo após a formação da mesa, houve a eleição da comissão eleitoral para acompanhamento da próxima eleição da Diretoria Executiva da ASIBAMA Nacional. Foi eleita com a seguinte composição: Mauro Moura (DF), definido como coordenador, Maura (GO), Gerson (DF), Sergio (DF) e Rosangela (MG). Jonas (DF) solicitou o apoio das ASIBAMAS locais no sentido de estas ajudarem a encaminhar o processo eleitoral nos seus respectivos estados._

Tendo em vista que as cópias dos documentos relativos à prestação de contas ainda não haviam sido reproduzidas, Lindalva (DF) propôs que fosse realizada a leitura da carta aos servidores integrante da pasta do Congresso. Encaminhamento aprovado pela plenária, Beth Uema (DF) efetuou a leitura da carta abaixo.

Prezado Colega,

Seja bem vindo ao I Congresso Ordinário da ASIBAMA NACIONAL!

A ASIBAMA NACIONAL foi criada em agosto de 2006, a partir da demanda dos servidores de várias Unidades da Federação, e seu estatuto foi registrado em cartório em outubro de 2006.

Nos primeiros meses da nova Associação a prioridade foi mostrar aos servidores do IBAMA a importância de termos uma Entidade que os representasse em nível nacional sem, contudo, enfraquecer as ASIBAMAs locais. Entendemos que esse objetivo foi alcançado, pois, hoje contamos com 18 entidades filiadas a ASIBAMA NACIONAL.

No início de 2007, desenvolvemos um trabalho junto as ASIBAMAs locais, visando mobilizar os servidores para pressionar o governo a cumprir os acordos assinados.

Com a edição da MP nº 366/07, todos os esforços da Diretoria da ASIBAMA NACIONAL foram concentrados na mobilização dos servidores, para barrar a referida MP no Congresso Nacional.

Durante a tramitação da MP participamos de diversas reuniões, audiências e debates. Pela primeira vez, conseguimos que a grande mídia mostrasse o ponto de vista do servidor em relação à reforma administrativa imposta pelo MMA. Também participamos de forma contundente no V Congresso de Unidades de Conservação, realizado em Foz do Iguaçu/PR, em junho de 2007, com um estande exclusivo da ASIBAMA NACIONAL, para divulgação de todos os documentos gerados pelos servidores em greve. Nesse Congresso obtivemos o apoio de várias entidades a nossa causa, inclusive a aprovação, na plenária final do evento, de uma moção contrária à divisão do IBAMA.

Ainda em 2007, negociamos com o MMA e IBAMA para que não fossem descontados os dias parados em função da greve, com reposição das horas não trabalhadas.

Apesar da aprovação da MP 366, entendemos que durante todo processo a Diretoria da ASIBAMA NACIONAL cumpriu com seu papel, lutando arduamente pela manutenção da unicidade da gestão ambiental.

Diante do novo quadro Institucional a Diretoria da ASIBAMA NACIONAL deliberou por convocar um Congresso Extraordinário dos servidores, que ocorreu em setembro de 2007, para discutir os rumos da Entidade. Também, foi contratado um escritório de advocacia para atender as demandas dos servidores da Carreira de Especialista em Meio Ambiente e do PECMA.

O Presidente da ASIBAMA NACIONAL visitou várias Unidades da Federação para mobilizar os servidores a participarem do Congresso. Levou para as assembleias locais uma proposta de alteração do estatuto da Entidade, visando manter a unidade dos servidores dos Órgãos integrantes da Carreira de Especialista em Meio Ambiente.

Contratamos um jornalista para cobrir o Congresso que resultou na edição de jornal contendo todas as discussões e resoluções do evento. O jornal foi encaminhado a todas as ASIBAMAs locais, para serem distribuídos aos servidores.

Durante a realização do Congresso várias propostas foram encaminhadas e aprovadas, dentre elas:

- Alterar o estatuto para que a ASIBAMA NACIONAL passe a representar todos os servidores dos Órgãos integrantes da Carreira de Especialista em Meio Ambiente.
- Impetrar Ação Direta de Inconstitucionalidade contra a Lei que criou o Instituto Chico Mendes.
- Impetrar com Ação Direta de Inconstitucionalidade contra a Lei de concessão de florestas públicas.

As demais deliberações encontram-se no relatório final do Congresso.

Uma das principais resoluções do Congresso foi a manutenção da sigla da Entidade, ASIBAMA NACIONAL, apesar da modificação de sua denominação para Associação dos Servidores da Carreira de Especialista em Meio Ambiente e do PCMA.

Após a realização do Congresso, encaminhamos documento às direções do MMA, IBAMA e Instituto Chico Mendes com todas as resoluções dos servidores. Até o momento não obtivemos respostas oficiais.

Também encaminhamos denúncias aos órgãos de controle do Governo Federal, sobre ações implementadas pela direção do Instituto Chico Mendes (aluguel de um prédio por R\$ 5.100.000,00 anuais; contratação de terceirizados com salários superiores aos da Carreira; desvio de DAS das Unidades de Conservação para a sede do Instituto, etc.).

Estamos participando das negociações com o Governo (MPOG, MMA, IBAMA e Instituto Chico Mendes), para obter a reposição das perdas salariais das tabelas da Carreira e do PECMA, bem como a reestruturação da Carreira.

Portanto, neste momento, a prioridade da Diretoria da ASIBAMA NACIONAL é mobilizar os servidores em nível nacional, buscando pressionar o governo a cumprir todos os acordos assinados, principalmente o reajuste das tabelas salariais e a reestruturação da Carreira.

Conforme dispositivo estatutário, a Diretoria convocou o I Congresso Ordinário da ASIBAMA NACIONAL, ocasião em que será lançada a Campanha Salarial 2008 e a Campanha de Valorização dos servidores.

Por fim, neste I Congresso Ordinário da ASIBAMA NACIONAL também estaremos discutindo e buscando soluções para todos os problemas enfrentados pela categoria.

Brasília, 08 de abril de 2008.

Jonas Moraes Corrêa
Presidente da ASIBAMA NACIONAL

Às nove horas passou-se à **prestação de contas pelos membros do Conselho Fiscal**, Fernando Siqueira (DF) e Gisela Livino (PE). Gisela esclareceu que o conselho é responsável pela fiscalização da gestão da diretoria e não pelas contas especificamente e procedeu à leitura do documento elaborado e aprovado por este conselho, conforme segue abaixo:

Relatório nº 01/2008 - CONSELHO FISCAL ASIBAMA NACIONAL

Nos dias 25, 26 e 27 de março de 2008, estiveram reunidos na sede da Asibama Nacional, em Brasília, os seguintes membros titulares do Conselho Fiscal:

- Ana Maria Evaristo Cruz,
- Fernando Regis de Siqueira e
- Gisela Livino de Carvalho.

Os objetivos da citada reunião foram analisar a gestão da diretoria da Asibama Nacional, no período de novembro de 2006 a dezembro de 2007, assim como verificar e aprovar os livros contábeis e a prestação de contas dessa associação.

Os conselheiros apresentam, no presente relatório, as conclusões e deliberações oriundas da reunião:

1. Análise da Gestão

O Conselho Fiscal aprova a atual gestão da Asibama Nacional, que mostrou-se ativa e promoveu a estruturação da associação, demonstrando sua preocupação com a necessidade de, gradativamente, adquirir a independência necessária da Asibama-DF. O Conselho reconhece como avanços na estruturação da Associação, o esforço da diretoria na aproximação e melhor interlocução com as associações locais, além da melhoria do espaço físico, organização da documentação e aquisição de mobiliário e equipamentos.

Durante a greve ocorrida em 2007, em decorrência da criação do ICMBio¹, a Asibama Nacional esteve sempre presente e atuante, levando à frente as deliberações das assembleias de servidores e do comando de greve. Ainda nesta gestão, foi realizado o I Congresso Extraordinário, em Tamandaré-PE, em setembro de 2007 e, brevemente será realizado o I Congresso Ordinário, em abril de 2008. Atualmente, o presidente está participando das negociações, junto ao MPOG, para a reposição das perdas salariais e reestruturação da Carreira de Especialista em Meio Ambiente. Estas ações demonstram o empenho da atual diretoria em representar a contento os anseios dos associados.

Entretanto, foi identificada como uma dificuldade na gestão, a distância entre os membros da diretoria, sendo que se identifica uma maior atividade dos diretores lotados em Brasília, onde está a sede, e uma atuação menor dos diretores de outros Estados. O conselho fiscal acredita que a gestão deva continuar sendo conduzida por membros de Estados diversos e centralizada na sede do Ibama, no DF. Entretanto, recomenda que os diretores que não estão presentes cotidianamente na sede procurem participar mais ativamente da gestão, adquirindo as informações necessárias através de contato permanente com a secretaria e com as associações estaduais, através do Skype, assim como de e-mail e telefone. O Skype da Asibama Nacional permanece *on-line* quase que todo o tempo. Este programa configura-se como uma importante ferramenta de comunicação entre diversos membros de uma organização que estejam impossibilitados de se encontrarem presencialmente. A mesma recomendação vale para o caminho inverso, ou seja, aqueles que estão

¹ Órgão público federal formado todo por recursos (humanos, financeiros, etc.) retirados do Ibama, promovendo assim, o enfraquecimento deste último.

presentes na sede, devem estar em permanente contato com os integrantes e associações de outros Estados.

2. Análise da Prestação de Contas

Foram analisados pelos membros do Conselho Fiscal, em primeiro lugar, os livros contábeis apresentados pelo escritório de contabilidade contratado pela Asibama Nacional, a saber: Livros Diário e Razão, ambos do exercício de 2006 (meses de novembro e dezembro) e de 2007. Em seguida, foram verificadas e analisadas as notas fiscais e recibos arquivados para a prestação de contas da atual diretoria.

Com relação à prestação de contas, foi solicitada justificativa sobre apenas dois itens de despesas. Ficou acordado com a Diretoria o ressarcimento do valor de cento e cinquenta e nove reais (R\$159,00) referente a despesas de confraternização em agosto de 2007, final do período do movimento de greve. Também ficou acordado com o Diretor Cláudio Fabi, o ressarcimento de despesas não comprovadas referente a suprimento de fundos para utilização na mobilização dos servidores contra a MP 366/07, durante viagem a Brasília em maio de 2007, no valor de duzentos e trinta e quatro reais (R\$ 234,00).

Desta forma, a prestação de contas foi aprovada pelo Conselho Fiscal, sem ressalvas. Entretanto, devido aos termos utilizados pelo escritório de contabilidade no livro caixa e na prestação de contas, recomendamos:

- Quanto aos livros contábeis:
 - No item Recebimentos dos Associados, especificar qual foi a associação estadual que depositou aquele montante. A falta de clareza neste item provoca uma grande dificuldade em analisar quais entidades estão colaborando, de fato, com a Asibama Nacional, quanto depositaram, quando, etc.
 - Evitar a utilização do termo “empréstimo”, quando despesas de viagem forem pagas antecipadamente pelos diretores para posterior reembolso, o que pode dar margem a dúvidas, tendo em vista que associação de servidores não é instituição de crédito.
 - Concluindo, que a utilização dos recursos seja especificada o suficiente para que qualquer associado, que queira ter acesso a esta informação, tenha condições de obtê-la claramente, e não somente aqueles que possuem familiaridade com os termos técnicos de contabilidade. Como exemplo, especificar, quando um diretor e/ou associado, estiver em viagem custeada pela associação, que esteja discriminado o quanto foi gasto com passagem, hospedagem, alimentação e deslocamento, e não o quanto foi “emprestado” e ressarcido àquela pessoa.

- Quanto a prestação de contas:
 - As autorizações de despesas devem estar devidamente assinadas pelo Presidente e pela Diretora de Finanças.
 - As autorizações de despesas para viagem devem discriminar, além dos custos com passagem, suprimento para despesas e demais gastos relacionados, qual a justificativa, destino e período.
 - Anexar os comprovantes de embarque, ao retorno da viagem.
 - Nos recibos de serviços de Pessoa Física deve sempre constar o CPF do favorecido.

3. Recomendações gerais quanto a atual gestão

Ainda, tendo em vista algumas observações que fizemos quanto à gestão da atual diretoria, quando presentes por quatro dias na sede da Asibama Nacional, propomos algumas mudanças, com vistas à melhoria em sua efetividade:

- Ao invés de manter uma estagiária, a qual já está treinada e secretariando a contento a diretoria, propomos contratá-la pelo regime da CLT. Justifica-se esta atitude, tendo em vista que não é adequado contratar uma pessoa em regime de estágio e dotá-la de responsabilidades as quais deveriam estar submetidas a um profissional.
- Evitar o uso de funcionários da Asibama-DF para a prestação de serviços à Asibama Nacional. Disciplinar melhor a relação entre as duas entidades, tendo em vista que não fica claro se o serviço prestado é um extra, fora do horário de trabalho daquela pessoa ou se é uma concessão que a Asibama-DF está fazendo à Nacional.

4. Considerações Finais

- Alguns esclarecimentos quanto a notas e informações que não estavam suficientemente claras ao conselho, em uma primeira vista, foram solicitadas à diretoria, que nos respondeu a contento.
- A diretoria também foi questionada quanto ao prazo para que a página da Asibama Nacional na internet esteja funcionando. O Presidente nos informou que, por ocasião do I Congresso Ordinário, em abril, esta seria inaugurada e entraria em operação. Tal preocupação é justificada pela nossa crença de que esta será a melhor ferramenta de que os associados poderão dispor para que tenham acesso às informações atualizadas, a serem disponibilizadas pelo quadro de gestão da associação.
- Próximas reuniões do Conselho Fiscal: tendo em vista que o regimento interno da Asibama Nacional determina que o Conselho Fiscal se reúna trimestralmente, para análise da gestão e da prestação de contas da diretoria e que, desde a criação da associação, esta foi a primeira reunião, os conselheiros não tiveram o tempo necessário para fazer uma análise tão detalhada dos 14 meses decorridos. Sendo assim, foi deliberado que deverá haver uma reunião extraordinária do Conselho no dia 06 de maio de 2008, como complemento da primeira reunião ordinária e, também, para análise das contas do primeiro trimestre de 2008.

Brasília, 28 de março de 2008.

Ana Maria Evaristo Cruz

*Fernando Regis de Siqueira
Carvalho*

Gisela Livino de

Lindalva (DF) efetuou uma ressalva quanto à relação entre a ASIBAMA Nacional e DF, ser deveras pertinente e positiva. Alegou que pelo nº de funcionários e as relações das funções por estes executadas permite as atuais relações de trabalho e não avalia como prejudiciais ou comprometedoras. Esclareceu que as entidades são de caráter privado, apesar de administradas por servidores públicos, mas mesmo assim solicitará ao escritório de contabilidade que utilize os termos de forma mais clara para facilitar a compreensão das informações por parte dos servidores. Informou que será elaborado um contrato ou um instrumento jurídico que permita a ASIBAMA NACIONAL, utilizar o espaço da ASIBAMA-DF, com segurança e sem problemas de mudanças conjunturais. Avaliou-se como crítica e cobrou a atuação e mais empenho dos membros da diretoria, que atuam

junto ao Congresso Nacional pois há muitos temas e assuntos de nosso interesse em tramitação que avaliou não estarem sendo acompanhados devidamente.

Gisela (PE) insistiu que caso seja para pagar horas extras, que se evite fazer por meio da ASIBAMA Nacional. Beth (DF) que faz parte da diretoria financeira das 2 ASIBAMAS, esclareceu que há capacidade dos diretores de discernir o que é possível de se fazer e que tem todo poder e competência para administrar dentro da legalidade.

Jonas (DF) – Informou aos presentes sobre o site, onde existirá um espaço para que o servidor possa dirimir suas dúvidas jurídicas. Relatou grande dificuldade com o cadastro dos associados das ASIBAMAs locais. Solicitou aos presidentes presentes e/ou delegados que levem as suas associações o pedido para que estas enviem para a ASIBAMA Nacional o cadastro de seus associados e das ações em andamento.

Fátima (CE) pediu a palavra para parabenizar o trabalho do Conselho Fiscal, que em curto espaço de tempo conseguiu um excelente resultado.

Às 9h30 foi realizada a votação do relatório do conselho fiscal, que foi aprovado por unanimidade pela plenária.

A seguir tiveram início as inscrições para Análise de Conjuntura.

Mauro (DF) solicitou a apresentação de documento, entregue aos presentes e à relatoria, para apreciação da plenária. Mesa foi contra a discussão da questão de organização como aprovado ontem pela plenária. Lindalva (DF) defendeu que o texto poderia ser entregue, mas discutido em reuniões posteriores. Miriam (DF) defendeu a necessidade de proceder à análise de conjuntura e solicitou liberdade de expressão e exercício da democracia. Mauro (DF) se inscreveu para análise de conjuntura e leu o texto, anexado a este relatório, complementado por Miriam (DF), que também fez inscrição para continuação da leitura do texto.

Jonas (DF) afirmou já ter lido o documento anteriormente. Entende que não cabe a aprovação de tal documento neste momento de análise de conjuntura, mesmo porque esta discussão está prejudicada, tendo em vista que a questão da organização não foi aprovada como um temário em separado do congresso. Solicitou que as propostas provenientes desse documento sejam colocadas no momento oportuno para votação pela plenária.

Mauro (DF) esclareceu que não defende a direção dos sindicatos, e sim dos trabalhadores. Não quer que o documento seja apenas burocrático e solicitou que o documento não seja retirado dos anais.

10h00 - Intervalo para café

10h30 - Continuação da Análise de Conjuntura:

Flavio – Comentou sobre o início da trajetória das organizações dos trabalhadores no Serviço Público Federal a partir de 1988. Antes não se podia sindicalizar. No Governo Sarney a defasagem salarial era muito grande. Começou a luta. O Governo Collor oprimiu, acuou, colocou os servidores em disponibilidade. Conseguimos o RJU (Lei 8112). Muita repressão ao funcionalismo. Itamar encontrou o movimento mais amadurecido, unificando todas as categorias e partindo para uma greve geral de 40-50 dias. A Era FHC

foi difícil, turbulenta, mas nunca houve racha no movimento. Declarou também que no início foi contra a criação da ASIBAMA Nacional por medo de prejudicar a unidade do movimento. Hoje se arrepende.

Lindalva (DF) apresentou uma proposta de encaminhamento pela qual a mesa deveria confirmar o total de inscritos para a análise e conjuntura e dividir o tempo restante para este ponto de forma igual. Rômulo (CE) propôs que fosse concedido de 3 a 5 minutos para cada intervenção independentemente do tempo restante. Em votação a plenária decidiu pelo tempo de 3 minutos para cada intervenção.

Francisco Missias (AC) disse que gostaria de retomar a fala anterior da Lindalva (DF), ressaltou a importância da unicidade dos servidores, mesmo tendo sido quebrada para a gestão ambiental, respeitando as unidades constituídas em suas respectivas áreas de atuação. Reforçou a fala do Flávio (ES). Vê claramente diversas estratégias que buscam a desmobilização dos servidores.

Lea (RJ) – Afirmou que os servidores não podem permanecer isolados de uma política global. Devem buscar mobilizar-se dentro de um contexto maior, pois nada que vem acontecendo está desvinculado do que acontece em outros órgãos do serviço público. Fez críticas contundentes à Operação Arco de Fogo.

Alfredo (RJ) - Afirmou que trabalha para o meio ambiente e não para o IBAMA ou “Xibiu”. Criticou as obras do PAC no estado do Rio de Janeiro, cujo Complexo Petroquímico da PETROBRAS é o maior exemplo. Citou também o Complexo Siderúrgico do Atlântico na Baía de Sepetiba. Acusou o IBAMA de não fazer uso de seu poder supletivo. Disse que segundo a DILIC o IBAMA não é corregedor do estado.

Mônica (RJ) – Leu a ata da Assembléia realizada pelos servidores lotados na Diretoria de Licenciamento do IBAMA – DILIC, realizada hoje, quinta-feira (10.4.2008) em Brasília - DF, transcrita abaixo:

Assembléia da Dilic - Bsb (quinta-feira 10.04.2008)

Deliberações:

- 1- Elaboração de uma Carta destinada à Diretoria, informando que conforme determinado por lei, os analistas ambientais apenas viajarão mediante o pagamento de diária com 24 horas de antecedência.
 - 2- Após deflagração do movimento de valorização do servidor em Assembléia da Asibama serão adotadas, até o dia 07.05, pelos analistas ambientais da DILIC as seguintes medidas:
 - a. Não serão realizadas viagens, exceto aquelas com intuito de realização de audiências públicas;
 - b. Não serão emitidos documentos que subsidiem a emissão de ASVs nem tampouco licenças;
 - c. Será estabelecido como prioridade de trabalho, os empreendimentos que se encontrarem com prazos de análise e acompanhamento superados.
 - 3- As vistorias marcadas para a semana que vem, serão adiadas. Para tanto, será elaborada uma carta explanando a eminência de deflagração do movimento de
-

valorização do servidor da Carreira de Especialista em Meio Ambiente (campanha salarial).

Douglas – Denunciou que existe um movimento surgindo na diretorias do Instituto Chico Mendes que questiona qual seria a melhor estrutura organizacional, se uma autarquia ou uma empresa pública. Eles dizem que precisam se livrar das “amarras” das leis existentes no serviço público. Acredita que a divisão do IBAMA foi apenas o primeiro passo.

Gerson (DF) acredita que devemos estar infiltrados e em luta, estabelecendo procedimentos mais ágeis para as respostas da ASIBAMA. Esta demora em nossas respostas ocorre pela falta de conhecimento da nossa própria casa. Precisamos de maiores informações sobre nossos quadros. Acha que devemos nos preocupar, a exemplo de outras instituições, com formações específicas, cabendo solicitar uma instituição de ensino na área.

Nilton (RN) solicitou que a relatoria estruture um relatório das condições dos estados e também sistematize as propostas de ações judiciais que foram levantadas durante o congresso.

Fátima (CE) descreveu o processo histórico de toda situação nacional e internacional. Nesse processo os servidores participantes da carreira de especialista em meio ambiente têm que enfrentar as propostas de governo, principalmente do PAC. A legislação brasileira vem sendo alterada, por meio da regulamentação das resoluções CONAMA, em prol de interesses privados. O CTF impede que não seja emitido certificado às empresas que tem pendências. Que o desenvolvimento seja sustentável. Disse que no Ceará a distribuição dos servidores nos setores tem sido relatada aos demais, pois é muito importante a informação para a mobilização e o rebatimento das propostas governamentais.

Com o término das intervenções da análise de conjuntura, Jonas (DF) propôs como encaminhamento a apresentação do site da ASIBAMA Nacional e posterior votação das propostas de ações judiciais possíveis de serem impetradas pela ASIBAMA Nacional.

Beth (DF) apresentou o site da AIBAMA NACIONAL.

Jonas (DF) informou sobre o concurso para a logomarca da ASIBAMA Nacional, dizendo que ainda estão montando o regulamento em virtude de diversos requisitos que precisam ser atendidos. Esclareceu, porém, que os prêmios já foram definidos como sendo:

1º colocado – R\$ 3.000,00

2º colocado – R\$ 1.500,00

3º colocado – R\$ 700,00

Jonas (DF) também lembrou da necessidade de se votar uma data para lançamento do concurso e posterior realização.

Em seguida, o Dr. Diego deu um Informe sobre a ação de inconstitucionalidade impetrada pela CNI, questionando a compensação ambiental. Em julgamento na data de ontem, a ação foi considerada pelo STF como parcialmente procedente. Isto comprometia a

proposição de nova ação judicial nesse momento, como havia sido aventado na plenária de ontem.

A Relatoria leu as propostas de encaminhamento de ações judiciais, que foram votadas pela plenária como relatado abaixo, seguindo-se da votação:

1. Ação para garantir que as diárias sejam pagas com no mínimo 24h de antecedência.

Aprovada por unanimidade.

2. Ação de equiparação do auxílio-alimentação e valor do plano de saúde (mesmo sabendo que a viabilidade é baixa)

Aprovada por maioria de votos com 3 abstenções.

3. Ação para questionar a falta de competência das pessoas que estão investidas de cargos de autoridade

Aprovada por maioria de votos com 12 abstenções.

4. Ação para questionar o novo concurso do MMA com vagas redistribuídas do IBAMA.

Fernando (DF) solicitou uma discussão mais aprofundada, mas a mesa rejeitou a proposta por estar em regime de votação.

Aprovada por maioria de votos com 5 abstenções.

5. Força Tarefa no STF e MPF para enfatizar a importância da ADIN 4029/DF no STF.

Aprovada por maioria de votos com 2 abstenções.

6. Ação civil pública para o cumprimento das condicionantes exigidas pelo licenciamento nos empreendimentos de maior visibilidade.

Aprovada por maioria de votos com 4 abstenções.

7. Ação contra o pagamento do FUNBIO para estruturar o Chico Mendes

Aprovada por maioria de votos com 5 abstenções.

8. Estudo de viabilidade de ação judicial para questionar a gestão compartilhada das unidades de conservação.

Aprovada por maioria de votos com 2 abstenções.

9. Mobilização dos Estados para o envio de documentação individual ou em grupos para subsidiar ações de adicional de periculosidade, insalubridade e falta de condições de trabalho para os servidores.

Não foi votada, porque a plenária entendeu que é apenas uma sugestão e foi incorporada a palavra “sugerir” no início do texto.

10. Ação de enquadramento dos aposentados e pensionistas não abrangidos pela ação movida e ganha pela ASIBAMA-DF.

Aprovada por unanimidade.

12h20 – Almoço

14h15 – Retomada dos trabalhos na parte da tarde

Jonas (DF) deu o informe sobre a confraternização que ocorrerá na parte da noite.

A mesa informou que o quorum para deliberação é de 40%, que os trabalhos terão início e que estava aberta a inscrição para sistematização de propostas.

Encaminhamento das propostas

Lindalva – encaminhamento

Proposta Nilson (RN) – A partir da exposição da situação nos estado, elaborar documento síntese sobre a situação atual do IBAMA e do Instituto Chico Mendes, apontando os diferentes absurdos que estariam acontecendo. Este diagnóstico deverá ser amplamente divulgado nos diferentes veículos de comunicação, entregue ao Ministério Público Federal e servir como base para o processo de mobilização, com definição de um cronograma de ações.

APROVADA COM 1 ABSTENÇÃO

Espírito Santo – Elaborar um abaixo-assinado, acompanhado de um documento relacionando os problemas gerados com a criação do Instituto Chico Mendes e solicitando o seu fim com a reunificação das ações a ele atribuídas.

APROVADA COM 7 ABSTENÇÕES

Espírito Santo – Que cada unidade do IBAMA e do Instituto Chico Mendes elabore propostas de ação, alternativas à paralisação como meio de reivindicar nossos direitos.

APROVADA

Sérgio (DF) – criação de escolas técnicas de nível médio nas áreas ambiental e florestal, principalmente nos estados da Amazônia Legal.

REJEITADA

Gerson (DF) – Criação da Universidade do Meio Ambiente.

REJEITADA COM MAIORIA DE ABSTENÇÕES

Brasília – Manutenção do repasse de 10%, referentes à contribuição com a mensalidade dos associados das entidades locais pertencentes aos quadros de pessoal dos órgãos da carreira, para a ASIBAMA Nacional.

APROVADA

Brasília – Deflagrar e intensificar em nível nacional a campanha salarial e a campanha de valorização do servidor, através de cartazes, adesivos, outdoors, informes, etc.

APROVADA

Brasília – As associações locais deverão efetuar um mapeamento por estado do número de servidores por órgão, cargo, tempo de serviço e lotação. Mapeamento dos funcionários que irão se aposentar nos próximos anos para subsidiar posteriormente solicitação de concurso público

APROVADA

Brasília – Cobrar do Instituto Chico Mendes uma resposta sobre qual as funções que vem desempenhando os servidores (analistas e técnicos ambientais) do IBAMA que foram

redistribuídos, com porte de arma na portaria do Ibama e não constam na portaria do Instituto Chico Mendes.

APROVADA

Fernando (DF) – Exigir implementação de escala de trabalho de campo para a fiscalização e Ucs.

APROVADA CO 4 ABSTENÇÕES

Fernando (DF) – Lutar para Garantir o DAS e as FG's para os chefes de UC's e Centros Especializados.

APROVADA

Intervalo para café

Jonas substituiu Flávio na coordenação da mesa.

Cobrar da direção do IBAMA e Instituto Chico Mendes a apuração das denúncias encaminhadas para a ouvidoria, referentes às irregularidades cometidas por servidores e membros do conselho gestor do órgão (sede e estados).

APROVADA

Proposta de Milton (SE) – Exigir treinamento de qualificação para os servidores da carreira de especialistas em meio ambiente.

APROVADA

Paraíba – Realinhamento na tabela do Plano de Cargos e Salários dos servidores de nível médio – referente ao encurtamento da distância entre nível médio e superior.

APROVADA POR UNANIMIDADE

Rio de Janeiro – Que a ASIBAMA Nacional se posicione frente a determinados problemas ambientais com uma postura política de denúncia e proposição de soluções e alternativas, junto aos funcionários/servidores e frente à sociedade, utilizando instrumentos de cobrança aos dirigentes e de divulgação das ações realizadas pelos servidores (enquanto poder público) em prol do meio ambiente.

APROVADA

Rio de Janeiro – Fortalecimento da ASIBAMA Nacional por meio do fortalecimento das representações estaduais: a) realizar campanhas para filiação das ASIBAMA's estaduais à nacional; b) Criação de ASIBAMA's nos estados onde não existem, com presença de representante da ASIBAMA Nacional no sentido de apoiar os servidores do estado a empreender tal jornada.

APROVADA

Rio de Janeiro – Exigir a revogação da Portaria que suspendeu as transferências “temporariamente” após a aprovação da MP 366/07.

APROVADA

Rio de Janeiro – Reforçar reivindicação pelo ajuste salarial na mesa de negociação junto ao governo para reposição das perdas.

APROVADA

Rio de Janeiro e Brasília – Lançamento de Campanha de valorização dos servidores da carreira de especialista em meio ambiente e PECMA, atrelada ao slogan “PAC Ambiental – Plano de Aceleração do Crescimento com responsabilidade ambiental”, e com a criação de uma agenda que demonstre os recursos investidos em termos de infra-estrutura, equipamentos, etc. Quais os recursos humanos envolvidos, pesquisa, ações de conservação, etc. na gestão do meio ambiente.

APROVADA

Alan (RO) – Cobrar uma proposta de desintrações para a FLONA Bom Futuro. Enviar para o MPF, IBAMA e Instituto Chico Mendes.

APROVADA

Miriam (DF) – Lutar contra as pressões e pretensões internacionalistas na Amazônia brasileira, por parte das organizações internacionais, bem como defender todos os ecossistemas brasileiros e sistemas associados, através de uma campanha nacional, dentro do cronograma de mobilização dos servidores vinculados à área ambiental. Data sugerida para o lançamento da campanha: 5 de maio (Dia Mundial do Meio Ambiente).

APROVADA

Rosina (DF) e Beth Montenegro (DF) – Paridade da gratificação para os aposentados do PECMA com os aposentados da carreira de especialista.

APROVADA

Gadelha (SP) – Criar meios e quem os tiver, de participar individual ou coletivamente de eventos esportivos, artísticos e sociais, para levar nossa mensagem de valorização do servidor da área ambiental junto às comunidades e sociedade em geral.

APROVADA

Rivaldo (AL) e Hélio (SC) - Cobrar da direção do IBAMA que o regimento interno das superintendências seja padronizado e esteja contemplado no planejamento estratégico do instituto, após aprovação pelos servidores.

APROVADA

Carlos (RJ) questionou os critérios para a representação dos servidores nas reuniões do planejamento estratégico. Alegou que nenhum servidor foi eleito em nenhuma região do país e, portanto, não poderiam ser considerados como seus legítimos representantes.

Lindalva (DF) esclareceu sobre a representação dos servidores na reunião do planejamento estratégico, lendo ofício do presidente do IBAMA e dando informes sobre o documento anexo que foi encaminhado junto ao ofício. Ficou de repassar para todos o documento originário do planejamento estratégico, assim que for recebido pela ASIBAMA.

Rivaldo (AL) e Hélio (SC) – Retorno do DAS retirado da SUPES permanecendo o DAS da DITEC, DICOF, DIAF e Jurídico.

APROVADA COM 8 ABSTENÇÕES

Fernando (DF) – Interpelar as direções do MMA, IBAMA e Instituto Chico Mendes para assegurar condições de trabalho e de segurança para o exercício de todas as atividades pertinentes, inclusive a fiscalização, e o estabelecimento de regras claras para escala de trabalho dos servidores da carreira que permanecem longo período em campo.

APROVADA

Fernando (DF), Missias (AC) e Fátima (CE) – Interpelar a direção do IBAMA sobre o patrimônio adquirido com recursos oriundos de compensação ambiental e outros e que não se encontram de posse das Unidades de Conservação.

APROVADA POR UNANIMIDADE

Lindalva (DF) – Fortalecer a fiscalização do IBAMA em todos os biomas e ecossistemas associados por meio de ações sistemáticas, com crítica para ações espetaculares que dão publicidade na mídia.

APROVADA

Lindalva (DF) – Solicitar à direção do Instituto Chico Mendes um posicionamento definitivo quanto às atividades a serem realizadas pelos servidores que foram redistribuídos para o órgão – analistas, técnicos e auxiliares administrativos – os quais exerciam atividades de fiscalização no IBAMA e não foram contemplados na Portaria N° 052/08 do Instituto Chico Mendes.

APROVADA

Rio de Janeiro e Brasília – Implementar imediatamente, a partir de uma comissão paritária, uma política consistente de recursos humanos para o IBAMA e Instituto Chico Mendes, com critérios bem definidos, transparência e publicidade, que contemple: concurso de remoção interno; vagas para concurso público dos cargos da carreira, principalmente, para os cargos de analista administrativo, técnico ambiental e técnico administrativo; instituição dos adicionais de insalubridade, periculosidade, penosidade e interiorização; regras para rodízios de lotação nas Unidades Descentralizadas e para transferência de servidores entre os dois institutos.

APROVADA COM 1 ABSTENÇÃO

Diversas intervenções foram realizadas sobre a necessidade de existirem concursos de remoção interna com critérios claros e transparentes. Manifestaram-se sobre esta questão: Videlma (PA), Lindalva (DF), Carlos (RJ), Douglas (GO), Alessandra (RJ), Miriam (DF) e Nilson (RN).

Fernando (DF) – Interpelar a direção do Instituto Chico Mendes para garantir meios que permitam a análise técnica, por parte dos servidores, dos empreendimentos em processo de licenciamento ambiental que afetem as unidades de conservação e o patrimônio espeleológico, com finalidade de autorização e anuência.

Após diversas intervenções da plenária, Ângelo (SC) se pronunciou a favor da proposta, pois em Santa Catarina isto já vem ocorrendo e Carlos (RJ) criticou a proposta, pois acredita que neste momento não devemos apresentar soluções para a estruturação do Instituto Chico Mendes, mas sim denunciar o que representa e como se encontra estruturada a gestão ambiental 1 ano depois de sua divisão.

REJEITADA

Fernando (DF) – Interpelar as direções do IBAMA e do Instituto Chico Mendes em função dos constantes descumprimentos dos decretos 6099/07 e 6100/07, que definiram as estruturas organizacionais dos dois institutos.

APROVADA

João Luis da Costa (PA) – Exigir que os cargos comissionados de DAS-4 para baixo sejam ocupados exclusivamente por servidores da carreira a partir de critérios definidos.

APROVADA

Jonas (DF) esclareceu que abaixo de DAS-4 a porcentagem de destinação para servidores já está contemplada na reivindicação de reestruturação do plano de carreira. Lindalva (DF) informou que 75% de cargos DAS-3 tem obrigatoriamente que ser destinados a servidores públicos e que para DAS-4 o percentual é de 50%. Na proposta de reestruturação elaborada pelos servidores estas porcentagens seriam exclusivas para os servidores da carreira. Essa proposta pode ser encaminhada no mesmo sentido do que já foi aprovado pelo governo para servidores da previdência. Reforçar que deve haver critérios para nomeação e rever a proposta à luz do que foi discutido aqui.

Proposta Nilson (RN) – Criação de comissão paritária específica para concretizar uma definição, clara, objetiva e que se sustente através de uma fundamentação efetiva, das atividades realizadas pelos servidores para subsidiar a avaliação de desempenho (avaliação quali-quantitativa).

APROVADA

Lindalva (DF) – Exigir das direções dos institutos que a avaliação de desempenho dos servidores lotados no instituto Chico Mendes, referentes ao período 2007-2008, seja feita dentro dos critérios estabelecidos pelo CAD/IBAMA, considerando que apenas em novembro de 2007 foi publicada a primeira portaria de redistribuição de servidores do IBAMA para aquele instituto.

APROVADA COM 5 ABSTENÇÕES

Miriam (DF) se absteve e solicitou declaração de voto para se posicionar contra a avaliação do IBAMA, pois uma avaliação deve existir no sentido de promover qualidade ao serviço do servidor e não em prejuízo do mesmo.

Lindalva (DF) – Exigir da direção do Instituto Chico Mendes a criação imediata de mecanismos de avaliação de desempenho para os servidores lotados no instituto.

APROVADA COM 3 ABSTENÇÕES

Lindalva (DF) e Gerson (DF) – Exigir que seja instituída uma comissão paritária para discutir e propor um modelo de escola voltada à gestão ambiental no âmbito da carreira.

APROVADA

Lea (RJ) – Exigir as seguintes diretrizes para as ações de fiscalização:

- Lutar por um planejamento com base em georreferenciamento das áreas com maior risco de impactos por: expansões pesqueira, agrícola, industrial urbana; exportação, dentre outras.

- A partir disto deve-se efetuar uma ação contínua nas áreas identificadas, exigindo um cronograma financeiro adequado e a disponibilidade de todos os recursos materiais e humanos necessários para realizar o trabalho atender de forma aceitável.

- Cobrar o apoio logístico necessário, com planejamento das bases do IBAMA em cada região de atuação.

- Exigir a manutenção de sistemas de avaliação contínua da eficiência e eficácia das ações, tomando como parâmetro as condições disponibilizadas pelo órgão.

APROVADA

Maura (GO) – Apresentou a seguinte moção de repúdio sobre a extinção do NEA em Goiás:

O Superintendente do IBAMA em Goiás Sr. Ary Soares dos Santos, está extinguindo o Núcleo de Educação Ambiental, alegando que esta será tomada “...em decorrência da indisposição da equipe do NEA...”, sendo que esta afirmação não é verdadeira, uma vez que o próprio superintendente vem denegrindo a imagem do núcleo, de sua equipe, ao longo de sua gestão. Nunca se reuniu com a equipe atual e nem disse o que queria do NEA, uma vez que sempre se trabalhou de acordo com as diretrizes da CGEAM até sua extinção.

APROVADA POR UNANIMIDADE

Lindalva (DF) – A ASIBAMA NACIONAL, com o apoio das associações locais, deverá desencadear urgentemente uma campanha de conscientização sobre assédio moral.

APROVADA COM 2 ABSTENÇÕES

Fernando (DF) – Sugerir às associações locais que promovam na semana de 28 de abril manifestações por 1 ano de luto pela divisão do IBAMA (MP 366/07), incluindo a paralisação das atividades no dia 29 de abril e entrega do documento do congresso aos parlamentares.

APROVADA COM 3 ABSTENÇÕES

Vera Ellen (SP) – Exigir uma auditoria de Gestão em todas as Unidades Gestoras.

APROVADA

Mauricio (RR) – A ASIBAMA Nacional deve buscar uma saída para o atendimento precário do GEAP em alguns estados. A proposta foi retirada após a discussão que se segue.

RETIRADA

Jonas (DF) esclareceu que não é previsto esse tipo de atuação para a ASIBAMA Nacional.

Nilson (RN) contra argumentou que cada ASIBAMA estadual tem um assento no conselho da GEAP.

Janice (RR) afirmou que em seu estado isso não funciona

Rosângela (MG) informou que em seu estado, além de 1 representante dos servidores, há também uma representação do sindicato dos servidores públicos.

Alan (RO) lembrou que quando o conselho funciona a GEAP funciona.

João Luis (PA) – Denunciou que a GEAP no estado é de péssima qualidade no estado a ASIBAMA fez convênio com a UNIMED, para sanar esse problema.

Vera Ellen (SP) avaliou que não fere o estatuto, pois a discussão é de se ter uma alternativa pela viabilidade de termos uma maior carteira de associados e, conseqüentemente, um melhor poder de barganha. Lembrou que o plano da GEAP irá findar em agosto e que não há garantia dos serviços.

Janice (RR) expôs a problemática da GEAP no estado, alegando que praticamente não funciona.

Lindalva (DF) informou que na ASIBAMA-DF foi feita uma consulta da situação da GEAP nos estados, mas não recebeu resposta e diante deste contexto e situação estatutária, orienta que cada estado produza um diagnóstico das condições do GEAP e que se produza uma nota, com o fim do contrato do IBAMA com a GEAP. Todos devem remeter a ASIBAMA Nacional para ver como será encaminhado o caso. Esclarece, também, que a ASIBAMA tem representação no conselho da GEAP com ETIE - CONDEL, e ser acionado para os problemas relatados para ver como encaminhar o caso.

Paulo Marinari (PB) esclareceu que podem haver 2 representantes: um da SUPES e outro da ASIBAMA. Se isto ocorrer, certamente irá funcionar.

Mônica (RJ) apresentou a Proposta da DILIC, em bloco, com solicitação à plenária do Congresso de referendar as ações propostas pelos servidores da diretoria:

- 1- Elaboração de uma Carta destinada à Diretoria, informando que conforme determinado por lei, os analistas ambientais apenas viajarão mediante o pagamento de diária com 24 horas de antecedência.
- 2- Após deflagração do movimento de valorização do servidor em Assembléia da Asibama serão adotadas, até o dia 07.05, pelos analistas ambientais da DILIC as seguintes medidas:
 - a. Não serão realizadas viagens, exceto aquelas com intuito de realização de audiências públicas;
 - b. Não serão emitidos documentos que subsidiem a emissão de ASVs nem tampouco licenças;
 - c. Será estabelecido como prioridade de trabalho, os empreendimentos que se encontrarem com prazos de análise e acompanhamento superados.
- 3- As vistorias marcadas para a semana que vem, serão adiadas. Para tanto, será elaborada uma carta explanando a eminência de deflagração do movimento de valorização do servidor da Carreira de Especialista em Meio Ambiente (campanha salarial).

Mônica (RJ) informou que esta proposta surgiu a partir da mobilização da DILIC. Recomenda que os demais setores tirem suas propostas no mesmo sentido que a DILIC fez como instrumento de pressão à direção dos institutos para cumprimento dos acordos e de demonstração da mobilização de que os servidores são capazes, não apenas nas questões salariais mas de melhores condições de trabalho.

APROVADA POR UNANIMIDADE

Lindalva solicitou uma adição nesta Proposta, para que o primeiro ponto levantado pela DILIC, “Elaboração de uma Carta destinada à Diretoria, informando que conforme determinado por lei, os analistas ambientais apenas viajarão mediante o pagamento de diária com 24 horas de antecedência”, seja uma recomendação para todos os setores, de cumprimento da lei.

APROVADA POR UNANIMIDADE

Flavio (ES) propôs uma moção de apoio aos servidores da DILIC, além da proposta de referendar as proposições por eles propostas.

APROVADA POR UNANIMIDADE

Lindalva (DF), Jonas (DF) e Miriam (DF) se comprometeram a escrever esta moção e colocá-la na página da ASIBAMA Nacional.

Jonas (DF) esclareceu que este movimento na DILIC surgiu por acreditarem que uma greve talvez não fosse, agora, a melhor estratégia e, portanto, foram pensadas algumas atitudes alternativas para demonstrar a mobilização dos servidores e pressionar o governo durante o processo de negociação. Conversando com os servidores propôs que os próprios discutissem os problemas de seus setores e quais as possibilidades de pressão, para que não fossem levantadas por meio do congresso propostas inócuas para determinadas áreas ou estados. Então a proposta ficou de ser encaminhada dessa forma, para que cada setor, área, estado, processe a discussão e faça uma reunião com discussão mais ampla dessas ações que podem ser tomadas.

Lindalva (DF) propôs que um diagnóstico já realizado pelas 4 coordenações da DILIC em Brasília sejam usadas como instrumento de pressão na reunião da mesa de negociação amanhã com o governo. Em seguida, fez um breve relato para a plenária sobre os dados presentes neste diagnóstico.

Nilson (RN) solicitou que Jonas (DF) relate posteriormente o resultado do contato com o presidente da associação de fiscais, pois acredita ser necessário que se trabalhe com os fiscais.

Jonas (DF) informou que em todas as reuniões realizadas com os setores sobre ações de mobilização, os advogados da ASIBAMA estavam presentes para dirimir dúvidas e orientar quanto à legalidade dessas ações e para dar respaldo aos servidores.

Gisela (PE) questionou que a responsabilidade de mais de 30 processos por técnico pode reverter contra nós com a justificativa de que o licenciamento não funciona e com isso se criar uma agência de licenciamento.

Carlos (RJ) ressaltou a importância de haver uma maior integração dos diversos setores como forma de impulsionar nossa mobilização. Como exemplo de desarticulação frisou que os técnicos da CGPEG, como coordenação da DILIC, não tinham ficado sabendo da mobilização em Brasília. Se soubessem também poderiam ter contribuído no diagnóstico para auxiliar na pressão ao governo.

Alfredo (RJ) criticou o convênio do IBAMA com a COPPE para auxiliar nas análises do licenciamento ambiental. Denunciou que existem ligações entre os pesquisadores da COPPE e os empreendedores, temendo articulações e favorecimento.

Fernando (DF) apresentou a preocupação de que a plenária não se atenha apenas ao licenciamento, nem a coloque como a principal área da gestão ambiental, mas que sejam apontados os problemas das demais áreas.

Alan (RR) se assustou com a denúncia de que existe um convênio assinado com a COPPE, a um custo que, certamente, é superior ao de contratação de servidores. Solicitou que as Asibamas locais verifiquem a quantidade de processos que cada procurador tem.

Lindalva (DF) disse acreditar que a evasão de servidores da DILIC reflete um descaso do governo com a carreira de especialista em meio ambiente. Informou que Beth Montenegro (DF) levou dados sobre isso em reunião anterior. Devemos pegar estes dados e lutar pelo reajuste e reestruturação da carreira.

Beth Montenegro (DF) ressaltou que não existem pessoas que se formem na academia com a experiência do dia-a-dia do licenciamento, que deve ocorrer de forma articulada em equipe, como ocorre de fato. O IBAMA forma e capacita os servidores, com pressões altíssimas, e quando o servidor está formado, ele sai para ser mais valorizado. Esse aspecto deve ser retomado para que não haja perdas no quadro em virtude do salário defasado. Não haverá convênio com a COPPE que resolva esse problema.

Gerson (DF) referendou o que foi dito pela Beth, ressaltando que se pense em um formato e um fórum que possa delinear uma política que apresente uma solução técnica e mais definitiva para esse problema.

Mônica (RJ) acredita que, frente a situação de trabalho sob pressão e a péssima remuneração, alguns servidores podem ver a criação de uma agência de licenciamento como solução. Ressaltou a importância do IBAMA estar se manifestando em bloco, pois a luta é de todos os servidores para a unicidade da gestão ambiental. Devemos nos manifestar como IBAMA, não descolando o licenciamento em especial para que a proposta de criação dessa agência não seja nem cogitada.

Jonas (DF) informou que será encaminhada pela ASIBAMA Nacional a judicialização do convênio do IBAMA com a COPPE.

Lindalva (DF) sugeriu que todas as propostas aprovadas neste Congresso sejam encaminhadas para os estados e DF, independente do fechamento do relatório, e que cada unidade da federação marque assembléias para a semana que vem para referendá-las.

Nilson (RN) pediu que a relatoria encaminhe um cronograma de cumprimento das propostas para que os estados possam cumpri-las. Tais como:

- Mapeamento do quadro da distribuição do número de servidores de cada unidade da federação.
- Diagnóstico dos diversos setores, relatando número de servidores atuais, removidos, exonerados, aposentados, etc, e o desempenho das funções, etc. Depois do encaminhamento da planilha pela relatoria será decidido o prazo para cumprimento, conforme as informações fornecidas pelos estados ficou decidido em 1 semana após a entrega da planilha.
- Eleição da diretoria da ASIBAMA Nacional

Vera Helen (SP) informou, que de acordo com o estatuto da entidade, o congresso da ASIBAMA Nacional deve ser convocado sempre para a primeira quinzena de abril e foi acordado em congresso anterior que haja um revezamento da região onde será realizado o próximo.

Jonas (DF) esclareceu que ainda não há uma proposta e que se defina posteriormente ao local e a data, até mesmo em virtude de alguma região que esteja necessitando de intervenções.

Mauro (DF) solicitou que saiam ao menos indicativos de locais, pois não num curto prazo não haverá outra oportunidade onde estejam reunidos representantes de diversos estados e do Distrito Federal.

Gisela (PE) defendeu a proposta de que o próximo congresso seja realizado em Minas Gerais, pois este estado é o 2º maior contribuinte para a ASIBAMA Nacional depois do Distrito Federal.

Carlos (RJ) sugeriu que o congresso seja realizado num estado onde não haja uma ASIBAMA estruturada. Acredita que apesar das dificuldades seria importante para fortalecer a organização localmente.

Vera Helen (SP) lembrou que o nordeste já foi sede no 1º Congresso Extraordinário e que agora ele se realiza na região norte. Sugeriu que sejam acertadas as proposições por região, e que essas regiões levantem planilhas com os custos de realização.

Flavio (ES) considera importantes os critérios “custo X situação política do momento” para escolha do local.

Lindalva (DF) sugeriu que por ocasião da posse da nova diretoria da ASIBAMA Nacional ocorra um congresso extraordinário em Brasília, garantindo-se a presença de todas as unidades da federação, mesmo daquelas que não tenham ASIBAMA.

Gisela (PE) informou que o processo de planejamento estratégico do Instituto Chico Mendes está sendo realizado por recebimento de e-mail, skype, chat, em cada sexta feira a tarde. Propõe que se faça um esforço para se colocar as deliberações da proposta de estruturação da política de RH.

Lindalva (DF) – discordou desta proposta, chamando seriedade ao assunto, que não deve ser proposto dessa forma e sim em comissão paritária. Devem ser encaminhadas pelas nossas entidades representativas legalmente constituídas e não nestes fóruns.

Fernando (DF) endossou as palavras de Lindalva (DF) e ressaltou a baixa qualidade deste meio. Mas não invalida totalmente a forma, pois permite que as informações cheguem às pontas.

Alessandra (RJ) apresentou uma proposta de conciliação para colocar na página da ASIBAMA Nacional os informes e informar no fórum de discussão que estarão disponíveis no site em breve.

Por fim, Jonas (DF) agradeceu a presença de todos e proferiu o encerramento do 1º Congresso Ordinário da ASIBAMA Nacional.

Alessandra Fontana

Carlos Martins

Lazlo Macedo

PROPOSTA DE SERVIDORES DE SANTA CATARINA PARA A ESTRUTURAÇÃO DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE – ICMBio NO ESTADO

Participantes: servidores relacionados em anexo, representando Unidades de Conservação (UC's), Núcleo de Unidades de Conservação (NUC), Núcleo de Educação

Ambiental (NEA), Núcleo de Fauna (NUFAP) e Centros Especializados de Pesquisa (CEPSUL, TAMAR e CEMAVE).

Considerando:

- a determinação da Lei 9.985/2000 – SNUC - no que tange a integração do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, preconizados pelo SISNAMA;
- que entre as finalidades de criação do ICMBio está prevista uma maior eficiência e eficácia das ações de conservação da biodiversidade;
- a lacuna institucional do ICMBio no Estado desde sua criação para o atendimento das demandas inerentes à gestão ambiental pública federal previstas na Lei no. 11.516, de 28 de agosto de 2007;
- que a gestão ambiental pública seja trabalhada de forma integrada e participativa, visando otimizar os profissionais especializados e os recursos econômicos financeiros do Poder Público;
- a criação do Colegiado de UCs, NUFAP e NEA de Santa Catarina em 18 e 19 de setembro de 2007 (Ordens de Serviço Supes-SC 56 e 58/07);
- o interesse e disposição dos servidores do Estado de Santa Catarina em aportar informações e subsídios que venham a contribuir para a efetivação da gestão ambiental pública;
- a necessidade de uma efetiva participação dos executores das unidades finalísticas na concepção do Modelo de Gestão do ICMBio;
- a necessidade de o ICMBio solucionar e encaminhar as atribuições locais referentes a autorização de licenciamento em UCs, fiscalização (poder de polícia administrativa dos servidores, compensação ambiental e outras demandas críticas);
- o princípio da isonomia pelo qual todos os servidores tenham acesso igualitário para apresentação de propostas de estruturação do ICMBio que responda às demandas locais.
- que a criação do ICMBio foi principalmente justificada no argumento de que a estrutura governamental que existia para gestão de nossa Biodiversidade não estava adequada, e portanto deveria ser melhorada através da criação de um órgão específico para esta finalidade;
- e, finalmente, que a criação e estruturação do novo Instituto implica necessariamente em investimentos orçamentários e financeiros adequados, sob pena de não se atingirem minimamente os objetivos que justificaram sua concepção

Os servidores do ICMBio no Estado de Santa Catarina, de acordo com lista de presença anexa, representando as Unidades de Conservação federais, o Núcleo de Unidades de Conservação, o Núcleo de Educação Ambiental, o Núcleo de Fauna e Pesca e os Centros Especializados de Pesquisa – CEPSUL, TAMAR e CEMAVE, reuniram-se na cidade de Florianópolis nos dias 27 e 28 de fevereiro de 2008, com os objetivos de:

- I- Aprofundar as discussões iniciadas em setembro de 2007, na Base Avançada de Pesquisa - BAP Painel – em Lages/SC, visando a proposição de uma estrutura para o ICMBio no Estado de Santa Catarina, a partir das demandas: Técnicas (Licenciamento, Educação Ambiental, Criação de UC's e Gestão Participativa, Fauna, Manejo e Conservação, Proteção),

Administrativo-Financeiras, Jurídicas, Político-Institucional e de Organização Territorial;

- VIII- Discutir propostas de gestão integrada e participativa do ICMBio em Santa Catarina, a partir do universo de atuação das diversas unidades descentralizadas no Estado que possuem ações locais, regionais e nacionais, focando os temas: territorialidade, estruturas de integração, colegiado/conselho gestor e representatividade institucional;
- IX- Construir uma proposta mínima que atenda às necessidades estruturais das áreas meio e finalísticas do órgão no Estado, de maneira a cumprir eficiente e eficazmente as atribuições e demandas legalmente instituídas pelo SISNAMA e pelo SNUC;
- X- Propor ajustes de caráter emergencial para o ICMBio no Estado de Santa Catarina.

Metodologia utilizada:

Com o auxílio de um facilitador externo, o encontro de 12 horas foi trabalhado com uma abordagem centrada na construção coletiva, desenvolvida entre momentos de discussões plenárias e trabalhos de grupos.

Foram formados três grupos temáticos, com uma média de nove participantes cada um, para aprofundar as discussões e propor estruturas, atribuições e territorialidade nas dimensões: (i) Administrativa/financeira/jurídica, (ii) política institucional e (iii) técnica.

Resultados alcançados:

A arquitetura institucional proposta segue uma modelo de REDE, em que privilegia relações horizontais e valoriza as capacidades profissionais distribuídas atualmente nas diferentes unidades descentralizadas no Estado.

Esta arquitetura deve contar com estruturas regionais, para atender as demandas de ordem técnica e administrativo-financeira e jurídicas, que se harmoniza com uma representação estadual destinada a atender principalmente as demandas político-institucionais e aquelas ações que, apesar de perpassarem todas as unidades descentralizadas, seria demasiado oneroso replicá-las em todas elas (por exemplo: gestão de Rh e instância revisora para autos de infração).

Seguindo as três dimensões mencionadas anteriormente, e com base nas proposições dos grupos e discussões plenárias, os resultados foram agrupados e consolidados conforme segue:

ESTRUTURA ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO e JURÍDICA:

Considerando:

- o grande número de unidades de conservação federais no estado e na região com características logísticas similares, porém significativamente distantes geograficamente entre si;

- amplas similaridades regionais dentro do Estado em relação às características logísticas;
- a impossibilidade estrutural e operativa do CEPSUL, que é a única UG do ICMBio atualmente em Santa Catarina, de atender uma demanda superior a atual;
- a clássica situação de abandono e esquecimento que se vêem as UCs no interior da região;
- a necessidade de um menor custo e maior transparência na aplicação dos recursos públicos, com uma maior eficácia e agilidade no atendimento das demandas, cumprimento pleno da lei de licitações e constituição e redução do uso irregular de suprimentos de fundos;

Propõe-se:

- 1- A constituição de 2 (duas) novas Unidades Gestoras (UG) em Santa Catarina, além do CEPSUL, localizadas em Florianópolis e Chapecó, localidades onde existe a presença da Advocacia Geral da União – AGU e estão a distâncias razoáveis entre as UCs litorâneas e as do interior da região.

Assim distribuídas, essas UGs atenderiam a uma média de 8 (oito) UCs cada uma, número muito superior, por exemplo, a outras UGs bem estruturadas, tais como o Parna Serra dos Órgão e o Parna Itatiaia.

- 4- A estruturação dessas UGs deve seguir as exigências legais mínimas de 10 (dez) servidores cada uma, para o desenvolvimento das atribuições Administrativo-Financeiras definidas, tais como: Ordenador de Despesas, Almojarifado, Financeiro, Responsável de Transporte, Patrimônio, Compras e Licitações, Informática e gestor financeiro.

ESTRUTURA TÉCNICA:

Considerando:

1. as grandes extensões territoriais que separam as UCs na região, interligadas por uma malha viária deficiente e precária;
2. a existência de duas regiões, litorânea e interior, com características biogeográficas similares, que refletem demandas semelhantes em relação à conservação da biodiversidade;
3. que a gestão em rede estimula uma maior integração entre as UCs e Centros de Pesquisa dentro de cada região, conforme preconiza o SNUC;
4. que a gestão integrada por territórios permite uma maior otimização da aplicação dos recursos financeiros, materiais e profissionais especializados das UCs e Centros de Pesquisa;
5. a necessidade de maior rapidez e agilidade processual no atendimento das demandas.

Propõe-se:

- I- criação de 2 (duas) estruturas de coordenação técnica, em arquitetura de redes, seguindo a lógica bioregional, nos territórios do litoral e interior;

- I- constituição e institucionalização de 5 (cinco) Câmaras Técnicas (CT) temáticas a saber: Licenciamento, Proteção, Fauna/Recuperação e Manutenção de Biodiversidade, Criação e Manejo de UC's e de Gestão Participativa;
- II- criação de um Sistema de Controle e Monitoramento de Processos, seguindo os moldes do SISBIO;
- III- elaboração de procedimentos padronizados para a distribuição das demandas pertinentes às UCs e Centros de Pesquisa dentro das regiões.

ESTRUTURA POLÍTICO-INSTITUCIONAL:

Considerando:

- a constituição geográfica do território brasileiro em Estados Federativos, onde se replicam as representações das instituições político-administrativas de relevância;
- que as negociações e articulações com as demais instituições são discutidas nesse âmbito e sobre tudo nas capitais;
- a necessidade de haver uma representação política do ICMBio que sirva de referência institucional para a sociedade e o poder público estadual;
- a necessidade de representação federal do órgão do SISNAMA no Estado que impulse a implementação das políticas nacionais de meio ambiente e correlatas (PNAP, SNUC, PNPPT, PNEA etc) no que se refere às atribuições do ICMBio;
- as necessidades constantes de negociação inter e intra-institucional sobre aspectos abrangentes da gestão ambiental pública;
- as necessárias negociações políticas nos processos de criação e implementação de UCs juntos às instituições e autoridades estaduais;
- a necessidade de haver uma instância que proceda o julgamento de autos de infração ambientais concernentes às atribuições do ICMBio;
- a necessidade de haver uma estrutura que abrigue as atribuições que perpassam todas as unidades descentralizadas, tais como educação ambiental e gestão participativa, manutenção e conservação da biodiversidade, Recursos Humanos e SAR, evitando a duplicação de estruturas e aumentando eficiência institucional;

Propõe-se:

1. a criação de uma estrutura de Representação Estadual mínima, sediada na capital do Estado, composta por um representante legal, núcleo de educação ambiental e gestão participativa, núcleo de fauna e auxiliares administrativos correspondentes.
1. a institucionalização de um Colegiado (grupo gestor), como instância gestora e assessora estadual e/ou regional, composta por representantes das UC's, do NEA, do NUFAP e dos Centros de Pesquisa no Estado.

O Colegiado tem por atribuições:

- Auxiliar/subsidiar os processos de tomada de decisão do representante institucional no território;
- Assegurar a representatividade das unidades do ICMBio no Estado/região junto a representação institucional;
- Assessorar na tomada de decisões quanto a aplicação dos recursos financeiros, nomeações de chefes e coordenações e quaisquer ações de gestão junto à representação estadual e administração central do ICMBio em Brasília.